



COMO A TEORIA DA BRANQUITUDE INFLUENCIOU PESQUISADORAS
BRANCAS ENTRE 2012 E 2016

Laura Rose Brylowski

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais.

Orientador: Roberto Carlos da Silva Borges
Coorientadora: Liv Rebecca Sovik

Rio de Janeiro
Agosto / 2018

COMO A TEORIA DA BRANQUITUDE INFLUENCIOU PESQUISADORAS
BRANCAS ENTRE 2012 E 2016

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Relações Étnico-Raciais

Laura Rose Brylowski

Banca Examinadora:

Presidente, Professor Dr. Roberto Carlos da Silva Borges (orientador)

Professora Dra. Liv Rebecca Sovik (coorientadora)

Professora Dra. Tânia Mara Pedroso Müller

Professora Dra. Glenda Cristina Valim de Melo (UNIRIO)

Rio de Janeiro
Agosto/2018

CEFET/RJ – Sistema de Bibliotecas / Biblioteca Central

B916 Brylowski, Laura Rose
Como a teoria da branquitude influenciou pesquisadoras brancas entre 2012 e 2016 / Laura Rose Brylowski.—2018.
91f. + apêndices : il. , tab. ; enc.

Dissertação (Mestrado) Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca , 2018.

Bibliografia : f. 87-91

Orientador : Roberto Carlos da Silva Borges

Coorientadora : Liv Rebecca Sovik

1. Relações étnico-raciais. 2. Racismo. 3. Identidade racial. 4. Brancos. 5. Pesquisadoras brancas. I. Borges, Roberto Carlos da Silva (Orient.). II. Sovik, Liv Rebecca (Coorient.). III. Título.

CDD 305.8

Elaborada pela bibliotecária Mariana Oliveira CRB-7/5929

Dedico a presente dissertação à memória de Marielle Franco. Marielle, mulher negra, vereadora do Rio de Janeiro, foi executada no dia 14 de março de 2018, durante a escrita desta dissertação. Lutadora pela igualdade racial, e defensora dos direitos humanos, Marielle vibrava com a vida e sonhava com um futuro mais justo. Apesar de ser tirada da terra tão cedo e no meio de tanta crueldade, sua energia e sua inspiração permanecem com todas(os) nós. Marielle presente.

AGRADECIMENTOS

Como uma forma de agradecer as pessoas que me impactaram nesse processo de pesquisa e de vida, principalmente no Brasil, gostaria de falar, aqui, o que aprendi com elas.

Roberto, aprendi com você no primeiro dia de aula, sobre a história da criação do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais (PPRER). Você falou sobre todos os obstáculos que enfrentou ao estabelecê-lo, além de toda a riqueza proporcionada ao longo dos anos. Muito obrigada por abrir este espaço para a gente fazer pesquisas mais do que necessárias sobre raça no Brasil, e por me orientar ao longo desses dois anos. Estou eternamente agradecida.

Liv, por favor, direciona-se a página 15. Além disso, thank you for sticking with me, e obrigada por me fazer lembrar do prazer que existe no processo acadêmico.

Aprendi com você, **Professora Tânia**, sobre a importância de considerar a validade de todos os termos usados no Brasil – branquitude, branquidade, e branca – e suas definições as vezes sinônimas, as vezes divergentes. Obrigada pelo acolhimento na sua disciplina na UFF e por oferecer reflexões sobre meu trabalho na qualificação e defesa.

Professora Glenda, sua atenção precisa, metódica, e provocadora em relação ao meu processo metodológico foi importantíssimo para que eu refletisse sobre todos os porquês da minha pesquisa. Aprendi muito na sua aula na UNIRIO e com suas contribuições pertinentes na qualificação e na defesa. Muito obrigada.

Pesquisadoras da branquitude, aprendi muito com vocês. Por favor, direcionam-se à página 55. Muito obrigada por sua disposição a conversar comigo e compartilhar suas histórias de vida e pesquisa. Adorei conhecê-las virtualmente, e aguardo ansiosamente para o dia que nos encontramos pessoalmente. Um abraço grande para vocês!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Alana, aprendi com você a lembrar e celebrar os eventos importantes nas vidas das minhas amigas. Obrigada por sempre mandar carinho e amor nesses momentos especiais.

Alessandro, aprendi com você sobre a existência do mestrado e sobre a abertura do edital 2016.3. Obrigadíssima.

Aline, aprendi com você como organizar, criar, e inspirar uma comunidade. Obrigada por ser nossa representante estudantil e por nós representar impecavelmente.

Ana, aprendi com você a dizer NÃO para as pessoas quando não gosto ou não consigo fazer algo. Aprendi com você a ficar firme com meus limites. Muito muito obrigada.

Ana Virginia, cresci com você ao longo desses quatro anos de amizade. Me tornei a mulher que eu sou, a feminista que eu sou, em reflexão com você. Muito obrigada.

Anderson, amigo da UFPI, de Oberlin, dos Lençóis, de DC, de LA. Aprendi com você que a distância não separa uma amizade da vida. Obrigada por tudo.

Andréia, aprendi com você a montar um projeto de mestrado no Brasil. Obrigada por sua generosidade e disposição a me ajudar nesse momento crucial. Também aprendi com você a como construir uma dissertação, pois seu texto de qualificação e seu texto final me guiaram na hora de escrever os meus próprios textos. Muito obrigada.

Carol, aprendi com você a morar junto com outro ser humano de uma forma saudável e gostosa. Obrigada por sua parceria, sempre, mas especialmente nos últimos meses de escrita.

Cátia, aprendi com você que posso falar, pensar, e escrever em português sobre temas complexos como o racismo e a branquitude. Obrigada por ser uma professora de português (e uma amiga) de nota 10!

Daniel, aprendi com você e sua dedicação incrível aos estudos. Obrigada por todos os sorrisos e conversas sérias que compartilhamos juntos.

Fernanda, aprendi com você sobre todos os documentos necessários para preencher e entregar à secretaria. Além de muitas outras detalhes burocráticas. Muito obrigada!

Geórgia, aprendi com você a prestar atenção às interseções de gênero na minha pesquisa. Obrigada!

Lua, aprendi com seus comentários na revisão dos meus textos. Com você, fiquei ligada a uma perspectiva teresinense ao respeito do racismo e a branquitude. Muitíssimo obrigada.

Maiara, aprendi com sua necessidade de fazer com que as ideias fazem sentido para você, pois eu tive que parar e refletir durante a pesquisa, “Como é que a branquitude faz sentido para mim, Laura?” E por aí foi a escrita desta dissertação final. Muito obrigada.

Márcia, aprendi com você a pegar um texto—um livro ou artigo—e nunca aceitar a autora o autor como “certa(o)”. Obrigada por me infectar com seu olhar crítico.

Maria Isabel, vejo você sempre se desafiando, tanto no CTO quanto no mundo acadêmico. Aprendi com esse empenho seu. Obrigada por trocar ideias comigo e me convidar a assistir o trabalho poderosíssimo das Marias do Brasil. Agradeço demais.

Marina, aprendi com você como chegar a um lugar com confiança!

Mestre Caçapa, aprendi com você sobre a história do Brasil. Obrigada por compartilhar seu conhecimento da capoeira e suas histórias de vida. Aprendi para caramba com você.

Naira, aprendi com você a confiar em mim mesma, a ir no caminho intelectual que faz sentido para mim, e a celebrar quando alguém consegue ver, de verdade, o que estou tentando fazer. Obrigada por me inspirar constantemente.

Otávio, aprendi com você que: quando alguém sentada no ônibus levanta a mão em

direção a minha bolsa, está oferecendo a segurá-la... e outras lições valiosas de como viver no Brasil. Muito obrigada por seu apoio e carinho de sempre.

Priscilla, aprendi com você a ser barraqueira! Obrigada por revisar minha dissertação *várias* vezes.

Simone, aprendi com você a ter orgulho do meu trabalho, e de falar com orgulho quando meu trabalho é bem feito. Obrigada por sempre estar presente na minha vida, tanto no whatsapp, quanto nas visitas deliciosas aqui em casa. Sou muito grata.

Professoras e professores do PPRER, especialmente Luciana, Talita, Mário, e Samuel, aprendi muito nas suas aulas. Obrigada por compartilhar seu conhecimento comigo e estarem dispostas(os) a me ouvir também.

Colegas do PPRER, foram vocês que fizeram esse programa vibrar com energia, pesquisa, e militância para mim. Obrigada por todas as trocas em sala de aula, na Sala de Estudos, no corredores, e, claro, no Bar do Bode e do Chicos.

Sheila, Cecília, e Tânia, todo mundo que estuda no PPRER sabe que sem vocês, este programa não funcionaria. Obrigada pela compaixão, pelo trabalho dedicado, e por me emprestar a chave da Sala de Estudos mil vezes.

Oberlin friends, Erika, Rachel, Vic, Troy, Megan, and J, thank you for cheering me on so persistently. I learned how to create my own family with you.

Peixinhos de Teresina, Elda, Rosana, Imma, Osvaldo, Sofia, João, Nadia, obrigada por ser minha primeira família no Brasil, aprendi a fazer piadas no português e rir até chorar, com vocês.

Mom, you've always told me that I have the best parts of you and the best parts of my Dad. I think I've learned from you how to see the best in people, and learn from them. Thank you!

RESUMO

COMO A TEORIA DA BRANQUITUDE INFLUENCIOU PESQUISADORAS BRANCAS ENTRE 2012 E 2016

Nesta dissertação são investigadas as trajetórias pessoais e acadêmicas de pesquisadoras brancas que estudaram a branquitude brasileira entre 2012 e 2016. No Brasil, estudiosas(os) definem a branquitude de diversas formas. Para a presente pesquisa, a defino como o discurso que constitui e perpetua o poder branco hegemônico. A fim de entender as perspectivas de brasileiras brancas a respeito das suas identidades raciais, entrevistei sete pesquisadoras que realizaram seus mestrados ou doutorados no Brasil sobre o tema da branquitude. Escolhi essas pesquisadoras por elas terem se autodeclarado brancas e falado das suas trajetórias pessoais no texto de dissertação ou tese. Elas me contaram a respeito da incidência da branquitude em suas trajetórias pessoais e acadêmicas e todas comentaram especificamente sua relação com a teoria da branquitude. Para fazer uma análise das narrativas, utilizei uma abordagem teórica dos Estudos da Branquitude e os Estudos de Gênero. Observei como a teoria da branquitude abriu caminhos para que as pesquisadoras pudessem se identificar racialmente como brancas no Brasil, onde o discurso nacional do país invisibiliza essas identidades e celebra a mestiçagem. Além disso, tornou-se evidente que sua leitura da teoria da branquitude permitiu que as pesquisadoras pensassem a respeito do papel da pessoa branca nos estudos de relações raciais, uma posição geralmente omitida, no Brasil e, também, participar da luta antirracista nas suas vida pessoais e acadêmicas. No final das contas, espera-se ter contribuído à teorização da branquitude brasileira, a fim de desvendar, e dessa maneira, subverter seu poder.

Palavras-chave: Estudos da branquitude; Branquitude; Identidade nacional; Academia; Racismo

ABSTRACT

HOW CRITICAL WHITENESS THEORY INFLUENCED BRAZILIAN, WHITE, WOMEN, WOMEN RESEARCHERS BETWEEN 2012 AND 2016

This dissertation investigates the personal and academic trajectories of Brazilian, white women researchers, who studied Brazilian whiteness between 2012 and 2016. In Brazil, whiteness is defined in many different ways. For the present work, I consider whiteness to be the discourse that constitutes and perpetuates white, hegemonic power. In order to further understand white Brazilian's perspectives about their own identities, I conducted semi-structured interviews with seven researchers who had concluded their master's or doctoral projects, in which they used critical whiteness studies as a theoretical foundation for their work. I chose these particular researchers because they self-identified as white and explained their personal trajectories in their dissertations or theses. Throughout the interviews, the researchers shared personal and academic narratives with me, including ones describing how Critical Whiteness Theory had influenced them. Grounding my analysis of their narratives in Critical Whiteness Studies and Feminist Studies, I observed how Critical Whiteness Theory made it possible for them to identify as white in a country permeated by a national discourse that celebrates miscegenation. Furthermore, I found that Critical Whiteness Theory allowed for the researchers to fill in gaps present in academic research regarding Race Studies in Brazil, and open up ways for them to participate in the struggle against racism in their personal and academic lives. Ultimately, the present research aims to offer reflections on Brazilian whiteness, in the hopes of revealing and subverting its hegemonic power.

Keywords: Critical whiteness theory; Whiteness; National identity; Academia; Racism

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 – Informações sobre pesquisadoras brancas que estudaram a branquitude no Brasil entre 2012 e 2016.....	44
---	----

SUMÁRIO

Introdução	13
1 O que significa a branquitude?	20
1.1 A branquitude estadunidense: supremacia branca, leis de segregação, e identidade nacional branca	21
1.2 A branquitude brasileira: embranquecimento, políticas de imigração europeia, e identidade nacional mestiça	25
1.3 O campo de estudos da branquitude no Brasil	34
2 O percurso metodológico	41
2.1 A delimitação de critérios	41
2.2 O carácter qualitativo: a técnica de entrevista	45
2.3 A realização das entrevistas	50
3 A análise das narrativas	53
3.1 Aberturas para pensar a branquitude: o uso da escrita em primeira pessoa e a trajetória pessoal	54
3.1.1 “Valorizar minha própria subjetividade”: os Estudos de Gênero	55
3.1.2 “Preciso ver como é que eu comecei a ser construída como branca”: os Estudos da Branquitude	58
3.2 “Como é ser branco em um país que se diz não branco?": Identidade nacional, regional e familiar na construção de uma identidade racial branca, a partir da teoria da branquitude	60
3.2.1 “As psicologias americanas”: a narrativa de Ana Beatriz	60
3.2.2 Estudos da branquitude na região do sul: a narrativa de Lorena	64
3.2.3 É possível ser branca no Brasil: a narrativa de Camila	66
3.3 A teoria da branquitude e transformações acadêmicas	71
3.3.1 “Tem uma lacuna”: a narrativa de Giovanna	71
3.3.2 Ir além do racismo como um “problema do negro”: a narrativa de Elisa	73
3.3.3 “Sentei no banco da branquitude” : um lugar de conforto e legitimidade em trabalhar com o tema das relações raciais	76
3.4 Como a teoria das pesquisadoras impactou a sociedade brasileira	78
3.4.1 “Dei nome para aquilo que me incomodava”: a narrativa de Marcela	78
Considerações Finais	81
Referências	87
Apêndices	
Termo de consentimento	92
Questionário	93
Outras pesquisadoras e pesquisadores que investigam a branquitude no Brasil	95

Introdução

LAURA: Bom, eu acho que é por aí que vai minhas perguntas, não sei se você tem uma dúvida, queria saber alguma coisa de mim...

MARCELA: Eu tenho uma pergunta (risos). Porque você resolveu estudar pessoas que estudam a branquitude, dentro de *tantos* temas sobre a branquitude?

(Interação entre Marcela, uma pesquisadora branca brasileira, e mim, Laura, uma pesquisadora branca estadunidense).

No presente estudo, eu entrevistei sete pesquisadoras brancas brasileiras que investigaram o tema da branquitude no Brasil. A motivação por entrevista-las, e realizar uma pesquisa sobre branquitude no Brasil surgiu do processo de me perceber branca nos Estados Unidos, um processo que causou um profundo impacto em mim, e me fez refletir sobre a forma como me posiciono e como ajo nas minhas relações pessoais, nas minhas escolhas políticas, nos meus estudos e no meu trabalho.

Consigo apontar alguns eventos, pessoas, e situações chaves que possibilitaram esse processo, principalmente: 1. minha participação em protestos contra o ódio e contra o racismo institucional na minha faculdade - Oberlin College 2. um posicionamento meu de escuta intencional e ativo às minhas(meus) amigas(os) não-brancas(os) sobre suas experiências pessoais com o racismo, 3. a leitura do livro: “As crianças dos outros: conflitos culturais na sala de aula” *Other people’s children: cultural conflict in the classroom* (2006), de Lisa Delpit, junto com minha professora de pedagogia, Deborah Roose.

Na obra de Delpit (2006), a autora problematiza o papel de professoras(es) brancas(os) nos Estados Unidos que tratam suas(seus) alunas(os) negras(os) e latinas(os) com o mesmo padrão que uma(um) aluna(o) branca(o) da classe média; como se fossem as(os) próprias(os) filhas(os). Ou seja, não levam em consideração os contextos culturais, raciais, e econômicos que moldam as(os) estudantes. As(os) professoras(es) brancas(os) frequentemente neutralizam as diferenças na sala de aula, perpetuando um status quo em que o branco é padrão. Essa perspectiva funciona como uma espécie de “névoa”, Delpit (2006) argumenta, fazendo com que a pessoa branca esteja cega perante situações de racismo, e, desse jeito entenda a si mesmo e seus alunos brancos numa posição de normalidade.

Eu li o livro de Delpit com a Professora Deborah ao mesmo tempo em que eu dava aulas de espanhol no ensino fundamental. A teoria oferecida por Delpit (2006) e as provocações que Deborah me proporcionou, me fizeram refletir sobre meu lugar de professora branca na sala de aula, e também sobre meu lugar de pessoa branca no meu país. A partir disso, fiquei movida, e senti uma necessidade de entender mais sobre como o racismo e a branquitude funcionam de um modo geral.

Nesse sentido, eu vim ao Brasil em 2014, e a este estudo em 2016, com as perguntas nebulosas de “Como é que brasileiras(os) brancas(os) estão pensando sobre sua própria identidade racial?”, e “Como funciona o racismo e a branquitude no contexto brasileiro?”

Cheguei pela primeira vez no Brasil em 2014, e por um ano, atuei como professora assistente de inglês pelo Fulbright na Universidade Federal do Piauí. Depois, vim ao Rio fazer um programa de residência internacional no Centro de Teatro do Oprimido (CTO). Após a sugestão de um curinga¹ do CTO, Alessandro Conceição², concorri ao edital do Programa de Pós Graduação em Relações Étnico-Raciais, e entrei em Agosto de 2016.

Baseada muito na minha experiência pessoal de me entender como pessoa branca nos Estados Unidos, minha pergunta norteadora inicial da pesquisa era a seguinte:

Quais circunstâncias - fatores políticos, econômicos e sociais - podem levar uma(um) pesquisadora(o) branca(o) a ter consciência sobre sua identidade racial e os privilégios associados a tal condição?

Como tal, fui atrás de pesquisadoras(es) que se autodeclaram racialmente brancos(as) e que faziam pesquisa no campo dos estudos da branquitude. Até esse momento, não sabia exatamente como definir a branquitude, mas acreditei que tinha a ver com a posição de poder e privilégio que a pessoa branca ocupa nas relações raciais. Assim, estudar a branquitude, para uma pessoa branca, significaria (em teoria, ao

¹ No Teatro do Oprimido, a/o curinga é a pessoa que atua como facilitador da peça de teatro e conduz diálogos entre as atrizes/os atores e a plateia.

² Alessandro é um homem negro que dirige um coletivo de homens e mulheres negros e negras, e apresenta o espetáculo *Cor do Brasil*, que trata de questões do racismo no Brasil, principalmente o genocídio dos jovens negros e a padrão estética de beleza branca. Durante nossas conversas, Alessandro percebeu que eu me interessasse bastante pela questão das pessoas brancas no contexto do racismo e ele sugeriu que eu tentasse o mestrado de Relações Étnico-Raciais no CEFET, o mesmo que ele fazia.

menos) que ela teria um entendimento da sua classificação racial de branca e dos privilégios associados a essa condição.

Portanto, fiz um levantamento na Plataforma Lattes do CNPQ, um banco de dados que cataloga os currículos de pesquisadoras(es) no Brasil, e registrei todas(os) elas(eles) que usam o termo branquitude ou branquitude no título ou palavras-chaves das suas dissertações ou teses. Depois, tirei todas(os) que eram estrangeiras(os) ou fizeram pesquisas fora do Brasil, e as(os) que ainda não haviam terminado sua pesquisa. A partir disso, escolhi as(os) que eu vi na foto do currículo como branca(o). Finalmente, eu li as dissertações e teses dessas pessoas e selecionei aquelas que autodeclaram brancas e falam das suas trajetórias pessoais nessa sua produção acadêmica. Após todas essas etapas, acabei ficando com sete pesquisadoras brancas que estudaram a branquitude no nível de mestrado ou doutorado. Por uma explicação mais detalhada desse processo, direciona-se ao **Capítulo 2: O percurso metodológico**.

Todas as pesquisadoras são mulheres, completaram seu mestrado ou doutorado entre 2012 e 2016, e estudaram em instituições públicas de ensino superior nas regiões do Sul e Sudeste do Brasil. Investigaram a branquitude nas áreas de Educação, Psicologia, Letras, Ciências Humanas, e Direitos Humanos. Sua idade, na época da entrevista, variou de 27 a 48 anos. Atualmente elas atuam como: advogada, professora universitária, professora de colégio particular, doutoranda, pesquisadora independente, e coordenadora pedagógica de um curso superior e técnico. Direciona-se a **Tabela 1 na página 38** por uma tabela dessas informações.

Após uma leitura mais profunda das dissertações e teses das pesquisadoras, elaborei um roteiro semiestruturado, e realizei entrevistas com elas “por Skype”³ entre agosto de 2017 e maio de 2018. Ao escutar as narrativas das pesquisadoras fornecidas ao longo da nossa conversa, fui percebendo uma mudança na pergunta que norteava minha pesquisa, principalmente a respeito do impacto da teoria da branquitude – que às vezes se manifestou como um texto específico ou como uma descrição de uma disciplina, nas falas das pesquisadoras—nas suas trajetórias pessoais e acadêmicas.

Junto com essas percepções, uma interação com minha co-orientadora, Liv Sovik, foi fundamental na mudança do meu pensamento em relação a minha pergunta norteadora. Quando mandei um capítulo para ela ler, incluí um resumo do seu livro

³ Skype é um aplicativo que fornece vídeo chamadas entre duas ou mais pessoas através da internet.

“Aqui Ninguém é Branco” (2009) –um livro que é considerada uma obra fundamental no campo dos estudos da branquitude brasileira. Em um comentário ao lado do resumo, perguntei: “Liv, concorda com este resumo do seu trabalho?”. E ela respondeu:

O que interessa aqui é sua visão de meu trabalho e como lhe é útil. Não posso assinar embaixo de suas palavras – sua maneira de resumir meu trabalho não é a minha, pois enfatizaria meu trabalho não com mídia mas imaginários, com a música popular como reserva de identificações, com a complexidade dos discursos antes de seu teor moral ou racista. Mas isso sou eu.

Essa resposta foi muito libertadora para mim em vários sentidos: 1. Por mais que Liv tem pensado e escrita sobre a branquitude brasileira (SOVIK, 2004, 2005, 2009, 2014, 2017), ela, mesmo assim, insistia que eu pensasse sobre o que significava *para mim*, e como sua teoria poderia ser útil *para mim*. Ela não se posicionou como dona absoluta da teoria. 2. Me fez refletir sobre o fato de que teorias são úteis para as pessoas de formas diferentes, e que não existe uma teoria “certa” da branquitude brasileira. Ao longo dos dois anos de mestrado, muita gente me pedia uma definição de branquitude, e eu não sabia lhes responder, porque no campo acadêmico dos estudos da branquitude no Brasil, há *muitas* formas diferentes de explicar o conceito, inclusive há três palavras diferentes que são usadas para trabalha-lo—“branquitude”, “branquidade” e “brancura”.⁴ Mas, o que aprendi com a resposta de Liv é que as pessoas vão se apropriar da teoria de uma maneira que faz sentido para suas vidas pessoais e para seus textos acadêmicos. Assim, eu vi isso nas falas das pesquisadoras que entrevistei—como a teoria da branquitude tinha lhes influenciado de maneiras distintas.

Com essa ideia, e considerando que as sete pesquisadoras trabalham com o conceito da branquitude em áreas de conhecimento, espaços acadêmicos, e regiões do Brasil diferentes, decidi nortear minha pesquisa com as seguintes perguntas:

Quais teorias da branquitude foram úteis para pesquisadoras brancas brasileiras que elaboraram estudos sobre a temática entre 2012 e 2016? E, de que forma foram úteis?

⁴Intencionalmente, escolho utilizar a palavra—“branquitude”— nesta dissertação. Acredito que não há diferença entre os termos, mas como o termo “branquitude” está, como os brasileiros dizem, “na boca do povo”, e a maioria da literatura brasileira o usa, gostaria de seguir nessa tradição.

Rosália Duarte, em seu artigo “Entrevistas em pesquisas qualitativas” (2004), afirma a importância de estar disposta a ver seu campo e escutar o que ele está te dizendo, mesmo se isso vai contra suas perspectivas e concepções originais. A autora afirma:

Os depoimentos coletados [nas entrevistas] também podem, em muitos casos, refutar as ideias que o pesquisador tinha a respeito do problema antes de iniciar a pesquisa do campo. Por tudo isso, **o fundamental é estar aberto às surpresas, ao imprevisível e ao imponderável que emergem do trabalho de campo**, mesmo que isso nos obrigue a rever nossos conceitos e a refazer o caminho trilhado (DUARTE, 2004 p.223, grifo meu).

Nesse sentido, ao observar o que meu campo estava me dizendo e pensar sobre a resposta de Liv Sovik, eu vi a necessidade de fazer com que a branquitude fizesse sentido para mim. Para esse fim, precisava entender a branquitude no contexto estadunidense para depois entender a branquitude no contexto brasileiro. Compreender a branquitude estadunidense era importante por uma razão que talvez parece óbvia—sou dos Estados Unidos, passei as primeiras 22 anos da minha vida lá—e construí (e desconstruí, e construí de novo) minha identidade como pessoa branca nesse país. Porém, não é o único motivo. Também, há um campo de pesquisa bastante grande que surgiu nos EUA nos 1990 a respeito da branquitude chamado *critical whiteness studies*, “estudos críticos da branquitude” e as pesquisadoras que eu entrevistei utilizam essas teorias nos seus trabalhos. Tentando ir além do pressuposto que “os Estados Unidos é um país imperialista” e por isso as pesquisadoras usam as teorias estadunidenses, e também tentando não ficar presa na ideia de que “as realidades do racismo no Brasil e nos Estados Unidos são diferentes então não dá para trazer teorias de lá para cá”, procurei entender *por que* essas teorias foram úteis para as pesquisadoras, ou não.

Considerando a necessidade de entender a branquitude estadunidense para depois compreender a branquitude brasileira, as teorias de Toni Morrison (1990), Ruth Frankenberg (1997), Vron Ware (2004), Liv Sovik (2004, 2005, 2009, 2014, e 2017), e Patricia de Santana Pinho (2009) foram fundamentais. Nesse sentido, no **Capítulo 1: O que significa branquitude?**, exploro os discursos, as ideologias e políticas dos dois países que estabelecerem e mantêm a branquitude—o poder hegemônico branco—, além da formação da identidade nacional *racial* de cada país. Aprendi que, nos Estados Unidos, a ideologia da supremacia branca e as políticas institucionais de segregação

compõem sua branquitude como projeto de país enquanto no Brasil, a mesma pode ser dito em relação à ideologia de embranquecimento e as políticas de imigração europeia. Além do mais, os Estados Unidos construiu uma identidade nacional explicitamente *branca* que valoriza o poder branco, uma estética branca e valores europeus enquanto o Brasil estabeleceu uma identidade nacional *mestiça* que também é eurocêntrico (SOVIK, 2009). Ainda no Capítulo 1, mapeio a produção acadêmica a respeito da branquitude brasileira, entendendo que as pesquisadoras que eu entrevisto fazem parte desse campo.

Considerando que as pesquisadoras entrevistadas fazem parte de uma nova geração que estuda a branquitude⁵, Vron Ware (2004, p.10) afirma, “é importante lembrar que esse novo corpo de trabalho acadêmico que toma a [branquitude] como objeto de estudo não é, necessariamente, um projeto coeso, unido em seu objetivo de modificar o mundo”. Por isso, procurei entender tanto as trajetórias pessoais quanto as trajetórias acadêmicas dessas pesquisadoras brancas, além de suas diferentes objetivos por entrar na área dos estudos da branquitude. No entanto, encontrei que, de acordo com Valéria Corossacz, (2017, p.199) a teoria da branquitude “é entendida como parte do mais amplo debate político e científico sobre o racismo” pelas pesquisadoras que entrevistei. Nesse sentido, também, um objetivo geral da presente dissertação é fornecer reflexões que possam contribuir à luta antirracista e para a igualdade de direitos de brancos e negros no Brasil.

Como falei no início desta introdução, tinha a necessidade de entender como o racismo e a branquitude funcionam no Brasil. Para esse fim, fiz questão de estar em diálogo com amigas(os) e colegas(os) negras(os) e brancas(os) do meu mestrado em Relações Étnico-Raciais⁶, com amigas(os) e conhecidas(os) negras(os) que fazem parte do Movimento Negro e/ou lutam pela igualdade racial nos seus ambientes particulares, com teóricas(os) negras(os) e brancas(os) que discutem esses temas, e, finalmente com algumas pesquisadoras brancas que investigam a branquitude no Brasil, as quais entrevistei para esta pesquisa.

⁵ Reconheço aqui a utilidade das perguntas que Sovik (2014, p.172) traz para discussão em relação ao campo de estudos da branquitude “o que há de novo na atual conjuntura? A problemática mudou desde que a branquitude se tornou tema de pesquisa para uma nova geração de pesquisadores?”

⁶ O Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-Raciais do CEFET é muito especial. Estar num espaço de academia e militância com mais de 70% de alunas(os) negras(os) me faz sentir incrivelmente privilegiada. Discutir, pesquisar, e contribuir para a produção de conhecimento sobre o racismo e seus desdobramentos é uma oportunidade única. E estou muito agradecida por essa oportunidade.

Segundo Rosália Duarte (2002, p.140)

Uma pesquisa é sempre, de alguma forma, um relato de longa viagem empreendida por um sujeito cujo olhar vasculha lugares muitas vezes já visitados. Nada de absolutamente original, portanto, mas um modo diferente de olhar e pensar determinada realidade a partir de uma experiência e de uma apropriação do conhecimento que são, aí sim, bastante pessoais.

Nesse sentido, para a presente pesquisa, viajei nos caminhos já trilhados por muita gente. No entanto, no **Capítulo 3: A análise das narrativas**, procurei trazer reflexões minhas, apresentando narrativas de pesquisadoras brancas brasileiras sobre suas trajetórias pessoais e acadêmicas, e destacando as maneiras em que a teoria da branquitude lhes impactou. Aprendi com elas sobre o poder da escrita na primeira pessoa e a inclusão de narrativas pessoais no texto de dissertação e mestrado. Também, junto com elas, refleti sobre as formas em que as identidades nacionais, regionais, e familiares contribuem para a construção identitária de uma pessoa, nesse caso, uma pessoa branca. E finalmente, com elas, me atentei para como a teoria da branquitude causou impactos na academia e sociedade brasileira, principalmente, preenchendo lacunas acadêmicas presentes no campo das relações raciais, e dando nome para um conceito comumente sentido, mas poucas vezes nomeado.

1- O que significa a branquitude?

O objetivo principal do presente capítulo é explorar a pergunta “o que significa a branquitude?” no contexto brasileiro, e delimitar o campo dos Estudos da Branquitude no Brasil.

Sendo assim, parto do pressuposto de que a branquitude “é um problema, uma questão que precisa ser teorizada, mais do que um conceito já pronto para ser modificado e adaptado a novos contextos” (SOVIK, 2004, p. 364). Liv Sovik (2004) em “Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e *media* no Brasil”, abre o artigo questionando “Em que medida a branquitude é uma importação? Como separar ideias estrangeiras das que circulam livremente?” (Ibidem). As definições estrangeiras da branquitude que ela traz para a discussão [(WARE e BACK, 2002); (RASMUSSEN et alii, 2001); (FRANKENBERG, 1997)] “apontam para a vinculação do conceito ao contexto, para o fato do conceito ser construído em processos históricos” (Ibidem). Nesse sentido, apesar de que alguns aspectos na raiz da branquitude – **o poder branco hegemônico** – serem iguais em países da América colonizados pelos europeus, se faz necessário teorizar a branquitude especificamente para o contexto de cada país.

Para entender o significado da palavra “hegemônico” no que diz respeito à branquitude, o ensaio de Stuart Hall (2006), “A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade” me parece bastante útil. Ele aponta que a hegemonia:

Representa o grau de autoridade exercido de uma só vez sobre uma série de ‘posições’. O domínio não é simplesmente imposto, nem possui um caráter dominador. Efetivamente, resulta da conquista de um grau substancial de consentimento popular. Representa, portanto, o estabelecimento de uma enorme capacidade de autoridade social e moral, não dirigida simplesmente aos partidários, mas à sociedade como um todo (HALL, 2006, p.293-294).

Nesse sentido, o poder branco é hegemônico – predominante – numa sociedade, por ele unir os interesses da classe dominante branca (seus “partidários”) com os desejos populares (“a sociedade como um todo”), e, assim, penetrar o senso comum.

Então, pensando a branquitude brasileira nesse capítulo, examinarei as ideologias, políticas, e discursos formadas ao longo da sua história para manter esse poder hegemônico branco no Brasil, a saber: a ideologia de embranquecimento, as políticas de imigração, e o discurso nacional de mestiçagem.

No entanto, para fazer isso, primeiro, farei uma reflexão sobre o poder branco hegemônico dos Estados Unidos, mantido através da ideologia da supremacia branca, das políticas institucionais de segregação racial, e da construção discursiva da identidade nacional dos Estados Unidos com um país branco.

Acho relevante incluir o contexto estadunidense no debate para revelar mais nitidamente, a conjuntura brasileira. De acordo com Patrícia de Santana Pinho “a negritude e a branquitude fazem muito mais sentido quando são analisadas em termos das suas especificidades regionais e dentro de contextos transnacionais mais amplos, uma vez que operam local e globalmente ao mesmo tempo” (2009, p.52, tradução minha).⁷

Também, muita escrita a respeito dos Estudos da Branquitude (*critical whiteness studies*) foi produzida nos Estados Unidos, e várias estudiosas(os) brasileiras(os) a utilizam. Assim, é importante entender o contexto pelo qual esses estudos se estabeleceram.

1.1 A branquitude estadunidense: supremacia branca, leis de segregação, e identidade nacional branca

Para começar a pensar a branquitude estadunidense, inicio minha reflexão explicando as origens da criação do conceito de raça, dentro da história da formação do país, localizando-as a partir do momento em que os europeus se encontraram com os africanos. De acordo com Toni Morrison,

Esses escravizados [os africanos trazidos para as Américas] ao contrário de muitos outros na história do mundo, eram excessivamente visíveis. E eles herdaram, entre outras coisas, uma longa história sobre o significado da cor. Não era simplesmente que essa população escravizada tinha uma cor distinta; era que essa cor “significava” algo. [...] Supõe-se que, se os africanos tivessem três olhos ou uma orelha, a importância dessa diferença com os invasores europeus menores, mas conquistadores, também teria um significado (1990, p.49, tradução minha)⁸.

⁷ Texto original: Blackness and whiteness make much more sense when analyzed both in terms of their regional specificities and within wider transnational contexts since they operate locally and globally at the same time”.

⁸ Texto original: these slaves [the Africans brought to the Americas] unlike many others in the world’s history, were visible to a fault. And they had inherited, among other things, a long history on the meaning of color. It was not simply that this slave population had a distinctive color; it was that this color “meant” something. [...] One supposes that if Africans all had three eyes or one ear, the significance of that difference from the smaller but conquering Europe an invaders would also have been found to have meaning.

Acho um exercício interessante, fechar os olhos e imaginar um mundo que seja dividido entre pessoas com dois e três olhos. Um mundo onde, em vez de estarmos classificados como “brancos” e “negros”, estejamos classificados como “olhos” e “olhões”. Toni Morrison (1990), provoca essa reflexão ao explicar que os europeus, em sua chegada à África pela primeira vez, tinham a necessidade de demarcar uma diferença - entre eles e os povos originários — e a cor da pele, era uma maneira de materializar esta diferença.

Se os africanos, realmente, tivessem três olhos, e não dois, como os europeus, “quantidade de olhos” seria o marcador significativo de diferenciação e inferiorização. Porém, os europeus identificaram a cor da pele das pessoas como aspecto da diferença, fazendo com que isso passasse a ter um significado específico. A fala de Morrison (1990) ajuda a entender que raça não é baseada apenas em algo visível. É o *significado* atribuído à raça que a torna visível.

Na mesma linha que Toni Morrison (1990), Stuart Hall, na palestra “Raça, o Significante Flutuante”, afirma que “raça é uma construção discursiva” (2015, p.1). Ou seja, raça é construída através das palavras, das imagens e das instituições. O teórico explica que isso não quer dizer “que as diferenças [físicas e culturais] não existam, mas, sim, que o que importa são os sistemas que utilizamos para dar sentido a eles” (Ibid., p. 2). A cor da pele, a forma do nariz e a textura do cabelo das pessoas, chegam a ter importância, apenas quando os sistemas de classificação, que a sociedade impõe através de discursos (verbais e também, não verbais), justificam essas diferenças.

Nos Estados Unidos, os sistemas de classificação de raça se dão de acordo com a noção de ascendência. Segundo o sociólogo Oracy Nogueira, o racismo dos Estados Unidos é de *origem*: “Basta a suposição de que o indivíduo seja descendente de certo grupo étnico para que sofra as consequências do preconceito” (2006, p.292). Existia um lei, *de facto*, *one drop rule* (a regra de uma gota de sangue), que faz com que um indivíduo, com uma gota de sangue de descendência africana, seja considerado negro.

A questão de ascendência e a separação entre “sangue puro” e “sangue colorido” (*colored blood*) é muito poderosa, como é demonstrado no livro *A vida na fronteira de cor* (*Life on the Color Line*) (WILLIAMS, 1995). Neste livro, um menino, aparentemente, “branco” cresce acreditando que é branco, porém quando ele e seus

vizinhos descobrem que sua avó materna é negra, o garoto “se torna” um crioulo (*nigger*), e, por isso, precisa se mudar, juntamente com seu pai, para um bairro habitado por pessoas negras.⁹

Assim, o racismo nos Estados Unidos se manifesta dentro de uma lógica de separação das pessoas através de sua raça que, por sua vez, é definida pela ascendência. Também, no fundo, existe o *ódio* às pessoas negras e uma concepção muito forte de supremacia branca no país. A supremacia branca é uma ideologia sustentada pela crença de que pessoas brancas são superiores a pessoas de qualquer outra raça, particularmente as pessoas negras. De acordo com Oracy Nogueira:

Nos Estados Unidos, o preconceito tende a ser antes emocional e irracional que intelectual e estético, assumindo o caráter de antagonismo ou **ódio intergrup**al. Por isso mesmo, suas manifestações são mais conscientes, tomando **a forma de exclusão ou segregação intencional da população negra**, em relação aos mais diversos aspectos da vida social – segregação ocupacional, residencial, escolar, em instituições religiosas, culturais, recreativas e de assistência social e sanitária, em logradouros públicos, veículos e outros recintos de acesso público (2006, p.296, grifos meus).

A noção de segregação pela raça, junto com o sentimento de ódio às pessoas negras, foram institucionalizados em meio as leis de Jim Crow, implementadas entre os anos de 1876 e 1965, no sul do país, separaram a população espacialmente entre brancos e não-brancos. Apesar das leis de Jim Crow terem sido abolidas em 1965 pelo Supremo Tribunal dos Estados Unidos, muitos espaços se mantiveram dentro dessa lógica segregacionista e o ódio racial, ainda continua no país.

Michelle Alexander no seu livro “A nova segregação: racismo e encarceramento em massa”¹⁰ *The New Jim Crow: Mass Incarceration in the Age of Colorblindness* (2012), inclusive, argumenta que o princípio por detrás das leis do Jim Crow se preserva, hoje em dia, no estabelecimento das políticas de encarceramento em massa, impostas às populações negras e latinas.

Junto com o ódio racial direcionado aos negros, a ideologia forte de supremacia branca e a separação - tanto física quanto espacial - entre brancos e negros, é possível

⁹É preciso problematizar essa história também. Primeiro, o menino do livro tem um aparência que, se ele não está com sua família, faz com que ele é lido por uma pessoa branca. Até mesmo quando ele anda com a família negra, ele parece “fora do lugar,” e pessoas que não o conhecem acham que podia ser um menino branco que fugiu de casa. Segundo, a trama ocorre na década de 50 (na mesma época que Oracy Nogueira escreveu), e quando as leis institucionais de segregação ainda eram rigorosamente implementadas.

¹⁰ Tradução da editora Boitempo.

traçar, na história dos Estados Unidos, “uma história de pessoas brancas nomeando-se brancas, que está ligada à expansão imperial e colonial, paralelamente à criação de estado-nações (predominantemente brancos)” (Frankenberg, 1997, p.8, tradução minha)¹¹.

É importante sinalizar, aqui, que tanto Toni Morrison (1992) quanto Ruth Frankenberg (1997), teóricas que venho citando, fazem parte de um campo de estudos, na academia, chamado *critical whiteness studies*, “os estudos críticos da branquitude”, surgido na década de 1990 em alguns países de língua inglesa, principalmente, nos Estados Unidos.¹²

Toni Morrison no seu livro “Brincando no escuro: branquitude e a imaginação literária” *Playing in the Dark: Whiteness and the Literary Imagination* (1992), argumenta que a literatura nacional de um país, revela uma visão sobre o seu carácter e sua identidade nacional, e como tal, a forma com que a branquitude funciona. E “o que parecia estar na ‘mente’ da literatura dos Estados Unidos”, no seu estabelecimento como um país, “era a construção insegura, mas extremamente problemática, do novo Americano como **um novo homem branco**” (MORRISON, 1992, p.39, tradução minha, grifo meu)¹³.

Nesse sentido, a identidade nacional dos Estados Unidos, desde sua concepção, está intrinsicamente ligada a uma identidade branca masculina e a branquitude (o poder hegemônico branco) é bastante *explícita* nessa visão.

Em outro viés, Ruth Frankenberg (1997), assim como Janet Helms (1990), David Roediger (2001), Beverly Daniel Tatum (2003) e outras(os), entendem a

¹¹ Texto original: a history of the self-naming of white people as white that is linked to imperial and colonial expansion, simultaneous with the making of (white dominant) nation states.

¹² Segundo Frankenberg (1997, p.2-3), as pesquisas deste período investigam uma série de questões nas áreas dos estudos históricos e estudos culturais, além de trabalhos que pensam a ativação e performances da branquitude por pessoas brancas, e a branquitude dentro dos movimentos sociais. Com isso, ela destaca o trabalho feito em conjunto com os movimentos feministas. Richard Dyer (2017) também ressalta o grande número de trabalhos desta época que saíam dos estudos do feminismo, além das pesquisas que abordavam questões de classe e sexualidade, ou seja, dos estudos das identidades - *identity politics*. O teórico argumenta que esses movimentos primeiramente estimulam as pessoas brancas a identificarem com determinado grupo oprimido—as mulheres, a comunidade LGBTQ, a classe trabalhadora—e o importante é que desenvolvam um sentido de coletivo. Segundo, é comum que pessoas não-brancas fazem parte desses grupos e apontam às maneiras em que não estão contempladas dentro da discussão, devido à forma como a branquitude mantém a pessoa branca como modelo universal. Por exemplo, a categoria “mulher” é pensada referente à mulher *branca*. Com essas aberturas, Dyer (2017) argumenta, as mulheres brancas (e outras pessoas que identificam com um grupo social) começam a fazer reflexões sobre a branquitude.

¹³ Texto original: What seemed to be on the ‘mind’ of the literature of the United States was the self-conscious but highly problematic construction of the new American as a *new white man*”.

branquitude como uma “identidade racial branca”. Nesse caso, a identidade racial *individual*, que eles estão falando reflete a identidade *nacional* que os Estados Unidos projeta. Pois, o representante de um estadunidense tanto no senso comum do país quanto no do mundo, é uma pessoa branca. Ele é o padrão do ser humano. Nesse sentido, a branquitude – aqui pensado como “identidade racial branca” – “difere dos outros constructos da identidade racial por ser comumente não-marcada, invisível e, portanto, presumida como uma condição hegemônica” (Frankenberg, 2003, apud Ware, 2004, p.34). Como tal, a pessoa branca estadunidense não percebe que possui uma raça, pois sua raça é construída para ser “a normal”.

Ainda sobre os estudos da branquitude nos Estados Unidos, Vron Ware (2004, p.11), explica que:

Os novos estudos sobre a branquitude difundiram-se em um prazo relativamente curto, passando a incluir quase todas as disciplinas, desde o direito até a arquitetura, a geografia, a antropologia, a sociologia e a psicologia, e acumularam valiosos recursos práticos e teóricos.

No entanto,

uma das principais falhas desse corpo de trabalhos é a maneira como o debate se estrutura quase exclusivamente em termos norte-americanos. Isso transmite a impressão lamentável de que a dinâmica da supremacia branca, que funcionou nos Estados Unidos, historicamente, está de algum modo isolada e desvinculada do resto do mundo; por outro lado, pode sugerir a pressuposição de que o resto do mundo é igual aos Estados Unidos, ou, pior ainda, de que deveria ser (WARE, 2004, p.11).

Desse modo, a ideologia da supremacia branca e o discurso nacional do país como branco que estruturam a branquitude dos Estados Unidos, não têm o mesmo papel em outros países como, por exemplo, no Brasil, por mais que estejam presentes. Assim, é importante entender as especificidades da branquitude brasileira e os discursos e ideologias que a compõem.

1.2 A branquitude brasileira: embranquecimento, políticas de imigração europeia, e a identidade nacional mestiça

O Brasil, em comparação aos Estados Unidos, teve um processo histórico de

colonização e escravização diferentes. Enquanto a classe dominante branca dos Estados Unidos usava políticas de segregação institucional para manter poder e controle sobre sua população negra, no fim do século XIX, o Brasil utilizou a política de imigração europeia para fazer o mesmo.

Os períodos pós-Abolição (1888) e da fundação da República (1889), são momentos cruciais para pensar a manutenção desse poder branco no Brasil, pois o país estava num processo de mudança e procurava a sua essência – “qual era sua identidade nacional?”

Um ponto importante para ser considerado é que em 1889, os brancos eram superados em grande número pelos negros. Citando a análise comparativa de Anthony M. Marx, no tratamento da mão de obra negra na África do Sul, nos Estados Unidos e no Brasil, Vron Ware (2004) lembra que houve maior número de revoltas escravas no Brasil do que nesses outros dois países. Assim,

A classe dominante tinha mais medo dos negros e estava mais ansiosa por esvaziar o conflito entre negros e brancos do que seus equivalentes sul-africanos ou norte-americanos. Isso não quer dizer que a supremacia branca tenha sido silenciada, mas que não foi cultuada na política oficial (WARE, 2004, p.22, grifo meu).

Ou seja, diferentemente do modo como se deu nos Estados Unidos, a elite branca brasileira, tinha muito mais medo da sua população negra, assim, a política de supremacia branca, no Brasil, não foi institucionalizada da mesma forma. “Em vez de tentar segregar a população em bases raciais, fizeram-se esforços para **incentivar a miscigenação**, a fim de ‘**embranquecer**’ e unir a população” (WARE, 2004, p.22-23, grifos meus).

Além do mais, o Brasil já apresentava uma mistura de raças. E isso era considerado um sério prejuízo, dado que os negros e os brancos apresentavam “diferentes graus de evolução” (os brancos mais evoluídos que os negros, segundo as publicações do médico Nina Rodrigues¹⁴). Sendo assim, a mistura dos dois grupos explicava o atraso da nação como país civilizado, em relação ao “modelo” europeu (SCHWARCZ, 1996, p. 88).

Para resolver o que foi considerado pela elite branca da época o problema da

¹⁴Em 1888, um artigo de Nina Rodrigues foi circulado em que ele argumentava que “os homens não nascem iguais,” (SCHWARCZ, 1996, p. 87). Depois, em 1894, Rodrigues publicou o livro *As raças humanas e as reponsabilidade penal no Brasil* em que dizia que os brancos e os negros presentavam “diferentes graus de evolução” (Ibid., p.88).

mestiçagem, o Brasil tornou-se laboratório de pesquisa na virada do século XX (SCHWARCZ, 1996). Sylvio Romero, Oliveira Viana e outros estudiosos da época, acreditavam que, com políticas de branqueamento, o país ainda teria uma chance de tornar-se branco e civilizado. Com um olhar para o futuro, Romero previu que após três ou quatro séculos a raça branca iria triunfar no Brasil diante do “desaparecimento progressivo do índio, a extinção do tráfico dos africanos e com a imigração europeia, que promete continuar” (ROMERO apud DOMINGUES, 2004, p.258).¹⁵

Junto à proibição do tráfico negreiro e a matança dos povos indígenas, as políticas que incentivavam a imigração europeia também contribuíram para que a população se tornasse cada vez menos negra, de forma que, em um momento futuro, essa mesma população seria branca em sua grande maioria. Era, no final das contas, um projeto fundamentalmente **eugenista**. Com o nascimento de uma nova população, entendida como inerentemente superior, o problema principal— os “índios, negros, e os próprios mestiços, cuja presença prejudicaria o destino do Brasil como povo e nação” (MUNANGA, 2002, p.10). — iria se resolver, pois já não haveria mais “o problema do negro”¹⁶ ameaçando o país, tanto na dinâmica cotidiana nacional como na imagem transmitida no exterior. O Brasil, na concepção dos eugenistas, seria “civilizado”.

Ao passar dos anos, a política institucional de branqueamento continuava a acontecer através do incentivo e promoção da imigração europeia no século XX, porém a discussão sobre miscigenação mudou de tom: “Foi, na verdade, na década de trinta, que sinais de uma **certa positividade da ideia da mestiçagem** tornavam-se mais evidentes” (SCHWARCZ, 1996, p.98, grifou meu).

A criação dessa imagem positivada da miscigenação pode ser apontada na obra *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre. Freyre, após fazer doutorado nos Estados Unidos com Franz Boas, escreve sobre sua interpretação das relações raciais e a identidade nacional do Brasil. *Casa-Grande & Senzala* cria uma “tese da ‘singularidade cultural’ brasileira” (SOUZA, 2015, p.31), que é uma reação à negatividade e inferioridade atribuída ao povo brasileiro por parte da ciência norte-americana e europeia. O livro reconfigura a compreensão da identidade nacional, positivando a ideia

¹⁵ Outros cientistas da época, João Batista de Lacerda e Oliveira Viana, por exemplo, compartilhavam do mesmo pensamento com diferentes estimativas de tempo para o país se tornar branco (DOMINGUES, 2004).

¹⁶ Discutido de maneira definitiva por Alberto Guerreiro Ramos, como será explicado mais na frente.

da mestiçagem. Como Jessé Souza expressa:

Foi apenas quando Freyre inverteu a fórmula ‘racista científica’ que condenava a nação de mestiços a um futuro sombrio, que a ‘identidade nacional’ passou a ser um elemento de extraordinário sucesso, tomando corações e mentes de brasileiros de norte a sul (...) permitindo interpretar a miscigenação visível e palpável da sociedade brasileira com uma ‘virtude cultural’ – quando durante todo o século XIX e até os anos 1930 era considerado por todos como nosso principal defeito (2015, p. 30).

A interpretação do Brasil pela lente de Freyre afirmava a noção de que o país possuía “uma harmonia entre as raças” (GOMES, 2005, p.58), decorrência da miscigenação, o que serviu como um “reductor de todas as diferenças” (SOUZA, 2015, p.30) do povo brasileiro e positivou o discurso da mestiçagem no país. Com isso, o Brasil passou a ser considerado uma “democracia racial” no senso comum (GUIMARÃES, 1999, p. 66) onde não existiam conflitos raciais como, por exemplo, nos Estados Unidos.

A visão de Freyre foi amplamente divulgada no Brasil e no exterior. No entanto, como Pinho explica:

Embora Freyre não seja o “inventor” do mito da democracia racial no Brasil, a importância do seu trabalho é inegável para a disseminação da ideia de **Brasil como “um país moreno”**. Em sua narrativa da nação, o Brasil é povoado por mestiços que carregam em seus corpos e suas almas a amalgamação de negritude e branquitude, e são naturalmente livres do racismo. Morenidade explicaria então a capacidade brasileira de harmonizar conflitos e superar diferenças” (2009, p.45, tradução minha, grifo meu).¹⁷

Aqui, é possível entender que, diferente dos Estados Unidos, que tem uma identidade nacional explicitamente *branca*, o Brasil oficialmente se identifica tanto no seu território quanto no exterior como um país moreno, um país *mestiço*. Com essa identificação, o Brasil mostra para o mundo, e para si mesmo, que não existem diferenças de raça na sua nação, e como tal, não existem *conflitos* de raça. Lembrando que desde os anos 1880 “a classe dominante [...] estava mais ansiosa por esvaziar o conflito entre negros e brancos” (WARE, 2004, p.22).

¹⁷ “Although Freyre is not the ‘inventor’ of Brazil’s myth of racial democracy, his work was undeniably central to the dissemination of the idea of Brazilian as a ‘brown country’. In his narrative of the nation, Brazil is populated by mestiços who, carrying in their bodies and souls the amalgamation of blackness and whiteness, are naturally free from racism. *Morenidade* would then explain the Brazilian capacity to harmonize conflicts and overcome differences” (PINHO, 2009, p. 45).

Na mesma linha, Jesse Souza afirma que a criação da ideia de uma “singularidade cultural’ brasileira, permitiu uma associação ‘espontânea com ideias como ‘calor humano’, hospitalidade, sensualidade, cordialidade” (SOUZA, 2015, p. 30). Isso me leva a apontar outro aspecto fundamental que se encontra na identidade nacional do Brasil: o afeto. De acordo com Liv Sovik:

O afeto tem um papel importantíssimo no discurso indenitário brasileiro. Os conflitos, as diferenças e a distância entre as exigências da auto-estima nacional e o panorama cotidiano resolvem-se retoricamente em termos afetivos (2005, p.162).¹⁸

O afeto e a suposta convivência pacífica entre as raças, no Brasil, é tão importante para a construção e manutenção da chamada identidade nacional, por fazer transparecer a imagem de um país feliz e hospitaleiro, cujas relações raciais caracterizam-se pela harmonia entre seus cidadãos.

Porém, por mais que o Brasil projete uma população de mestiços afetuosos, é importante destacar que o racismo ainda prevalece. Como Nilma Lino Gomes aponta:

Os dados estatísticos sobre as desigualdades raciais na educação, no mercado de trabalho e na saúde e sobre as condições de vida da população negra, revelam que tal situação [uma democracia racial] não existe de fato (2005, p. 56).

Assim, a forma institucional do racismo, no Brasil, “implica práticas discriminatórias sistemáticas fomentadas pelo Estado ou com seu apoio indireto” (GOMES, 2005, p.53).¹⁹

Nesse sentido, o poder branco hegemônico também é mantido no Brasil para

¹⁸ Sovik (2005, p.162) continua: “Vemos isso no chamado do Estado desenvolvimentista ao esforço coletivo a favor do progresso (expressão populista do afeto no discurso hegemônico, que é ligado à imagem do povo alegre e capaz de fazer de um limão, limonada); na sensação de deficiência, sintetizada na frase ‘idéias fora do lugar’ de Roberto Schwarz, porta-voz de toda uma visão do Brasil em que há um conflito afetivo, uma separação entre o pensamento e a vivência social; ou, até nas diversas incitações à pacificação da sociedade pelo movimento do ‘Basta’, no Rio de Janeiro (o grito de uma elite econômica que, ao que parece, quer reinstaurar a afetividade subalterna, como solução a violência).”

¹⁹Gomes (2005, p.53) continua: “Elas se manifestam sob a forma de isolamento dos negros em determinados bairros, escolas e empregos. Estas práticas racistas manifestam-se também, nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros com imagens deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil. Manifestam-se também na mídia (propagandas, publicidade, novelas), a qual insiste em retratar os negros e outro grupos étnico/raciais que vivem uma história de exclusão, de maneira indevida e equivocada.

Os cientistas sociais Borges, Medeiros e d’Adesky (2002:49) ainda ressaltam que os mais terríveis atos de racismo institucionalizado são a perseguição sistemática e o extermínio físico (genocídio, limpeza étnica e tortura).”

exercer controle sobre a população negra. No entanto, lembrando Hall, “a hegemonia não se sustenta exclusivamente sobre a instrumentalidade imposta do Estado, mas se funda nas relações e instituições da sociedade civil” (2006, p.299). Nesse sentido, a branquitude permanece na sociedade brasileira por causa da concepção no senso comum do Brasil como um país mestiço – uma democracia racial, em que não há diferenças raciais maiores entre as pessoas, e o problema da desigualdade é econômico. E essa concepção se reproduz nas suas instituições – no seu governo, no seu sistema escolar, e na sua mídia, por exemplo.

Deste modo, diferentemente dos Estados Unidos, onde a branquitude é valorizado explicitamente, no Brasil a valorização é velada.

Segundo Patrícia Pinho

Há uma grande diferença entre aqueles países onde a branquitude foi explicitamente construída como o pilar do discurso nacional (por exemplo, o Destino Manifesto²⁰ nos Estados Unidos) e aqueles países em que a branquitude silenciosamente se tornou hegemônica através de discursos de mestiçagem / mestizaje. No Brasil, como em outros países da América Latina, a branquitude não é tão **explicitamente marcada**, mas sim, **manipulada implicitamente e cuidadosamente** por indivíduos e grupos em suas constantes micro-brigas de poder (2009, p.44, tradução minha, grifo da autora).²¹

A branquitude não é explicitamente marcada porque o discurso da mestiçagem consegue velar a existência das raças, negra e branca, tal como a existência do racismo. No entanto, a branquitude continua presente. Como Sovik explica:

O valor da branquitude se realiza na hierarquia e na desvalorização do ser negro, mesmo quando ‘raça’ não é mencionada. A defesa da mestiçagem às vezes parece uma maneira de não mencioná-la. **A linha de fuga pela mestiçagem nega a existência de negros e esconde a existência de brancos** (2009, p.50, grifo meu).

No Brasil, não existem negros, não há brancos, “somos todos mestiços!” (uma frase que escuto frequentemente). A celebração da mestiçagem e o discurso da

²⁰ O Destino Manifesto, ou, *Manifest Destiny*, refere à crença dos colonos ingleses em relação a sua missão de colonizar e civilizar a terra da América do Norte.

²¹ Texto original: “There is a major difference between those countries where whiteness has been explicitly built as the pillar of the national discourse (e.g. Manifest Destiny in the United States) and those countries in which whiteness has silently become hegemonic through discourses of mestiçagem/mestizaje. In Brazil, as in other Latin American countries, whiteness is less frequently *explicitly marked* than it is more commonly *implicitly and carefully manipulated* by individuals and groups in their ongoing microstruggles for power.”

democracia racial insistem que não há uma raça branca, raça negra, ou raça indígena, apenas uma raça: a brasileira.

Por mais que a identidade nacional do Brasil é fortemente ligada a uma identidade mestiça, é importante explicar que dentro do território brasileiro, existem concepções identitárias raciais - regionais - que divergem dessa ideia. O estado de São Paulo, por exemplo, construiu uma identidade regional muito específica dentro do Brasil. Barbara Weinstein (2003), em seu artigo intitulado “Racializando a diferença regional: São Paulo versus Brasil, 1932”²², afirma que o estabelecimento da identidade nacional do país dialogava com o estabelecimento de identidades regionais. Mais especificamente, ela argumenta que:

a identidade regional do estado de São Paulo – a identidade paulista – associou-se, na cultura brasileira, não apenas com a indústria, a modernidade e o progresso econômico, **mas também com a branquitude** e uma narrativa particular da história brasileira que marginalizou o papel dos afro-brasileiros na construção da nação (WEINSTEIN, 2003, p.238, tradução minha, grifo meu).²³

Entendendo que São Paulo criou, estabeleceu e divulgou uma identidade regional de modernidade e civilização explicitamente *branca*, seu processo histórico se assemelha, ao meu ver, ao processo histórico dos Estados Unidos, por exemplo, onde reina uma superioridade branca. Como Weinstein afirma,

aqueles autores, intelectuais e políticos que construíram a identidade de São Paulo dentro da nação brasileira, normalmente **consideravam sua região de origem como cultural e economicamente superior**, como a vanguarda do progresso e da civilização, enquanto o resto da nação servia como o “outro,” em uma relação cultural remanescente daquela entre colonizador e colonizado (2003, p.239, tradução minha, grifou meu).²⁴

²² Título original: Racializing Regional Difference: São Paulo versus Brazil, 1932.

Texto original: regional identity in the state of São Paulo—Paulista identity—became associated in Brazilian culture not only with industry, modernity, and economic progress, but also with whiteness and a particular narrative of Brazilian history that marginalized the role of Afro-Brazilians in the construction of the nation.

²⁴Texto original: “Those writers, intellectuals, and politicians who constructed the identity of São Paulo within the Brazilian nation typically regarded their home region as culturally and economically superior, as the vanguarda of progress and civilization, while the rest of the nation served as the ‘other,’ in a cultural relationship reminiscent of that between colonizer and colonized.”

A cidade de São Paulo, então, foi constituída como um território superior a todas as outras regiões do país pelo fato de ser considerada, de modo geral, civilizada, moderna e branca.

Patrícia de Santana Pinho agrega a discussão ao apontar às diferenças entre a construção de identidade paulista e a construção de identidade nordestina por intelectuais brasileiras.

Enquanto os intelectuais paulistas se preocupavam em racializar a noção de **modernidade como branca**, os estudiosos no Nordeste do Brasil confirmavam uma racialização da tradição brasileira como **enraizada na mestiçagem**. Mais uma vez o trabalho de Freyre é fundamental nesse debate (PINHO, 2009, p.49, tradução minha, grifo da autora).²⁵

Ou seja, enquanto intelectuais de São Paulo se entenderem e se colocavam como superiores, brancos, os intelectuais do nordeste estavam afirmando a ideia de tradições brasileiras serem baseadas na mestiçagem. Por isso, é importante contextualizar *Casa-Grande & Senzala* (1933), de Gilberto Freyre, que interpreta o Brasil como um país de mestiços em que existe uma democracia racial. Pois, ele

estava escrevendo não a partir de algum espaço abstrato supra-regional, mas de um contexto imediato do regionalismo nordestino, e com o objetivo consciente de reabilitar a posição cultural de sua região de origem dentro da nação brasileira (WEINSTEIN, 2003, p.256, tradução minha)²⁶.

Freyre estava escrevendo, não somente contra a intelectualidade dos Estados Unidos que insistia no Brasil como um país primitivo²⁷, mas *também* contra as forças intelectuais vindas de São Paulo que tentavam inferiorizar a região do nordeste.

²⁵ Texto original: “if paulista intellectuals were invested in establishing racialized assumption about *modernity as white*, scholars in the Northeast of Brazil were confirming racialized assumptions of Brazilian *tradition as embedded in mestiçagem*. Again the work of Freyre is fundamental in this debate.”

²⁶ Texto original: “was writing not from some abstract supraregional space, but from the immediate context of northeastern regionalism, and with the conscious objective of rehabilitating his home region’s cultural position in the Brazilian nation”.

²⁷ No segundo capítulo de *A Tolice da Inteligência Brasileira* (2015), “Um teatro de espelhos do patrimonialismo brasileiro”, Jesse Souza explica a história da área da sociologia e como o racismo científico dentro dela funcionou e ainda funciona para criar uma separação entre as sociedades do mundo. Existem as sociedades “avançadas,” “mais racionais” e assim “moralmente superiores” da Europa e América do Norte e as sociedades “atrasadas,” entre elas, as latino-americanas, que “tem então que ser construídas como negatividade tanto na esfera cognitiva quanto na esfera moral” (SOUZA, 2015, p. 23). Esta visão, Souza afirma, começou com o chamado ‘pai da sociologia’ alemão branco Max Weber, que “prova” a superioridade das sociedades “avançadas” e a inferioridade das sociedades latino-americanas. Ele é depois utilizado pelo sociólogo estadunidense branco Talcott Parsons para justificar e “criar uma imagem idealizada da sociedade norte-americana” que é o epítome da modernização. Em contrapartida a isso, constrói uma imagem dos países da América Latina com “o domínio do ‘primitivo’, ‘pessoal’ e

No final das contas, a identidade nacional que o Brasil incorpora é a de Freyre, porque sua perspectiva

produziu uma visão da nação que se identificaria tanto com as **aspirações da elite quanto com as populares**, de uma forma que a visão explicitamente racista, excludente e hierárquica dos paulistas não conseguiria fazer” (WEINSTEIN, 2003, p. 256, grifo meu).²⁸

Nesse sentido, é importante entender que o mito da democracia racial não é somente uma estratégia das elites em esconder o racismo. A visão que Freyre (1993) dá, também é uma aspiração popular. O povo brasileiro *quer* ser parte de uma democracia racial. De acordo com Nilma Lino Gomes:

Ninguém nega o fato de que todos nós gostaríamos que o Brasil fosse uma verdadeira democracia racial, ou seja, que fôssemos uma sociedade em que os diferentes grupos étnico-raciais vivessem em situação real de igualdade social, racial e de direitos (2005, p.56).

Porque pode ser bastante difícil, incômodo até, para brasileiros identificar-se como tais? Um possível motivo relacionado a isso, Pinho coloca: “resulta do poder do discurso da mestiçagem, empregado como meio de evitar o conflito racial” (2009, p.46, tradução minha) e celebrar a ideia de uma democracia racial. Sovik nota que:

É mais fácil para os brancos conviver passivamente com hierarquias sociais racistas, muitas vezes abençoadas pelo discurso de todos serem mestiços, do que lembrar a escravidão e sua vinculação à injustiça presente, um dos principais estímulos éticos a mudança (2005, p.171).

Ou seja, é muito mais confortável flutuar na corrente, *go with the flow*, do discurso da democracia racial, do que subverter o status quo. Além disso, pessoas brancas, ao reconhecerem-se como tais, enfrentam a realidade de que seus privilégios são fruto de muita violência contra as populações negra e indígena no passado e no presente. Como a Professora Dra. Petronilha Beatriz aponta no relato de um Parecer sobre a importância do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica:

‘corrupto’ (SOUZA, 2015, p25). O trabalho de Parsons legitima cientificamente “a superioridade norte-americana em relação a todas as outras sociedades, especialmente as do terceiro mundo” e cria os Estados Unidos como o exemplo perfeito de uma sociedade moderna onde todas as outras sociedades são imperfeitas em comparação. (SOUZA, 2015, p.27) Souza destaca que esta trajetória de racismo cultural dentro da sociologia é importante para entender as decisões políticas feitas pelos Estados Unidos, mas também para entender como essa visão é interpretada e utilizada pelos países periféricos, no caso pelo Brasil.

²⁸ Texto original: produced a vision of the nation that would resonate with both elite *and* popular aspirations in a way that the Paulistas’ explicitly racist, exclusionary, and hierarchical vision could not.

Se não é fácil ser descendente de seres humanos escravizados e forçados à condição de objetos utilitários ou a semoventes, também é difícil descobrir-se descendente dos escravizadores, temer, embora veladamente, revanche dos que, por cinco séculos, têm sido desprezados e massacrados (BRASIL, 2004, p.5).

O processo de entender-se branco pode ser muito doloroso porque te força a conciliar os privilégios que você possui e a violência cometida para assegurar esses privilégios.

Outro motivo pelo qual é difícil se declarar branco no Brasil, rebate na questão da identidade nacional. Como Pinho aponta:

A rejeição da branquitude, embora em um nível retórico, é também, eu acrescentaria, um meio de afirmar o pertencimento à nação e a expressão da crença de que **ser “branco demais” desafia a brasilidade** (2009, p.46, tradução minha, grifou meu).²⁹

Se você é “branco demais”, é lido, na perspectiva do senso comum, como alguém que não é brasileiro.

É dentro desse contexto que faço mais perguntas que norteiam a pesquisa:

1. Por que as pesquisadoras brasileiras que entrevisto se identificam como brancas, contra essa corrente? Em termos mais literais, faço a mesma pergunta que Liv Sovik: “como é ser branco em um país que se diz não branco?” (2005, p.174).³⁰
2. Qual é o impacto dos discursos indenitários regionais das pesquisadoras nas suas próprias construções indenitárias raciais?
3. De que forma o debate acadêmico sobre a branquitude serviu de influência para os estudos das pesquisadoras?

Para contextualizar a terceira pergunta, falo agora, na última seção desse capítulo, sobre o campo dos estudos da branquitude no Brasil.

1.3 O campo de estudos da branquitude no Brasil

O objetivo principal da presente seção é de delimitar o campo de estudos da

²⁹ Texto original: “The rejection of whiteness, albeit on a rhetorical level, is also, I would add, a means of affirming one’s belonging to the nation and an expression of the belief that being ‘too white’ challenges one’s Brazilianness.”

³⁰ Para responder essa pergunta Liv Sovik (2005) escreveu “três interpretações da música popular em que a investig[ou] como registro histórico das figurações com as quais, afetivamente, o público se identifica” (p.174).

branquitude no Brasil.³¹ No entanto, para fazer isso, torna-se necessário refletir a respeito de algumas perguntas fundamentais, principalmente: “como se define um campo de estudos?” e “porque há relevância em apontar a um campo de estudos na academia?”. No caso dos estudos da branquitude, veremos que desde o momento em que os brancos se construíram como *brancos*, já havia estudos a respeito deles enquanto tal. A partir do momento em que se auto denominaram donos absolutos do território brasileiro, estavam de alguma forma sendo analisados por outros grupos, ainda que não necessariamente dentro do discurso dominante, ou seja, dentro do próprio discurso dos brancos. Assim, como bell hooks exemplifica,

Desde a escravidão, os negros compartilharam entre eles nas conversas, conhecimento “especial” da branquitude, extraído do exame minucioso das pessoas brancas. Era considerado especial porque não era uma forma de conhecimento que foi gravado completamente em material escrito, o seu objetivo era ajudar os negros a lidar e a sobreviver em uma sociedade de supremacia branca (1997, p. 166, tradução minha).³²

Apesar de saber que a fala de hooks aponta para uma realidade estadunidense, é possível supor uma situação parecida no contexto escravocrata brasileiro. Pessoas negras escravizadas, na época colonial, observaram padrões de comportamento dos seus senhores brancos, e depois levaram esta informação crítica aos seus pares para poder melhor lidar com seus opressores. Foram, ao final das contas, estratégias de sobrevivência.

Esta tática desenvolvida pela população negra escravizada, arrisco afirmar, perpetua-se até os dias de hoje, pois boa parte das pessoas negras no Brasil, permanecem ocupando postos de trabalho subalternizados, especialmente atividades ligadas a serviços domésticos:³³ cozinheiras(os), porteiras(os), etc. De acordo com hooks:

³¹ Para outras perspectivas com o mesmo objetivo, existem os trabalhos de Cardoso (2008), Moreira (2014), e Silva (2017).

³² Texto original: Black folks have, from slavery on, shared with one another in conversations ‘special’ knowledge of whiteness gleaned from close scrutiny of white people. Deemed special because it was not a way of knowing that has been recorded fully in written material, its purpose was to help black folks cope and survive in a white supremacist society” (hooks, 1997, p.166)

³³ A Organização Internacional do Trabalho (OIT) aponta que segundo o PNAD Contínua Trimestral do IBGE, em 2016, o Brasil tinha 6,158 milhões de trabalhadoras(es) domésticas(os). Em 2015, “88,7% das(os) trabalhadoras(os) domésticas(os) entre 10 e 17 anos no Brasil eram meninas e 71% eram negras(os). <http://www.ilo.org/brasil/temas/trabalho-domestico/lang--pt/index.htm>

“durante anos, empregadas(os) domésticas(os) negras(os) que trabalham em casas de brancos, atuaram como informantes que trouxeram o conhecimento às comunidades segregadas - detalhes, observações de fatos, leituras psicanalíticas do ‘Outro’ branco” (hooks, 1997, p. 166. tradução minha).

Como estamos interrogando o que significa um campo de estudo, “detalhes”, “observações de fatos”, e “leituras psicanalíticas” me parecem métodos bastante aptos para criar o mesmo. Desta forma, afirmo que os estudos da branquitude têm suas origens antes dos anos 50 com Alberto Guerreiro Ramos no Brasil, antes do começo do século XX com W.E.B Dubois no Estados Unidos³⁴, e se pensarmos bem, antes mesmo da existência das instituições de ensino superior no Brasil. Afirmo que os estudos da branquitude no Brasil se estabelecem com as observações e análises feitas por pessoas negras escravizadas na época da colônia, sobre os senhores brancos e seu poder.

Pontuando e reconhecendo que o campo de conhecimento sobre o assunto é amplo e diverso e, portanto, não se limita às discussões acadêmicas, vale dizer que é, também, importante traçar o desenvolvimento dos estudos da branquitude dentro de sua produção escrita acadêmica.

No Brasil, o campo dos estudos da branquitude na academia brasileira é composto por diversas(os) pesquisadoras(es) que abraçam a teoria de maneiras distintas. Algumas(os) autoras(os) [CARDOSO (2008), SOVIK (2009), MUNANGA (2017)] apontam Alberto Guerreiro Ramos como o primeiro teórico a fazer uma produção científica usando a lente da branquitude no Brasil. Seus capítulos: “O Problema do Negro na Sociologia” e “Patologia Social do ‘Branco’ Brasileiro”, são considerados um espécie de “virada” nos estudos das relações raciais, em que o objeto de pesquisa muda de foco - do negro para o branco.

No entanto, a branquitude para Guerreiro Ramos vai além de apenas compreender a pessoa branca como objeto. Também tem a ver com o poder do branco na perpetuação de imagens hegemônicas, pois, segundo ele, “no plano ideológico, é dominante, ainda, a brancura como critério de estética social” (GUERREIRO RAMOS, 1995, p. 172). Isto é, os aspectos físicos das pessoas brancas são hipervalorizados na sociedade, se mantêm como a norma de beleza e são associados a valores positivos.

³⁴ Guerreiro Ramos e W.E.B Dubois são, muitas vezes, reconhecidos como os primeiros a estabelecer um estudo da branquitude no meio intelectual [Cardoso (2008), Moreira (2014), e Sovik (2009)].

Guerreiro Ramos trabalhou junto com Abdias Nascimento, fundador do Teatro Experimental do Negro (TEN) que pensava a prática de “uma rebelião estética”, uma perspectiva através da qual era possível às pessoas negras viver e se expressar como “sujeito[s] autêntico[s]” e “sujeitos de seu próprio destino” (Ibid., p. 198). Eles fizeram esforços para que a brancura não dominasse na sociedade como uma estética ideal e universal.

Apesar do trabalho rigoroso de Guerreiro Ramos, somente décadas depois, mais precisamente nos anos 2000, que os estudos das relações raciais, com base nessa noção começaram a ser aprofundados. Uma segunda onda de estudos da branquitude no Brasil teve destaque com os trabalhos de Maria Aparecida Silva Bento (2002), Edith Piza (2002), Liv Sovik (2009) e Vron Ware (2004).

Maria Aparecida Silva Bento, junto com Iray Carone, organizaram e publicaram o livro *Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil* em 2002. O trabalho principal da coleção, “Branqueamento e Branquitude no Brasil” (BENTO, 2002), aborda os efeitos do processo de branqueamento na população branca de uma perspectiva psicológica e, com isso, identifica alguns aspectos principais da identidade racial do branco brasileiro. Além disso, destaca a falta de estudos no Brasil sobre a posição do branco nas relações raciais, o que - ela argumenta - ilustra como os brancos se mantêm usufruindo dos privilégios e do poder.

Seguindo um outro viés, Liv Sovik, no ano de 2009, publicou um livro com o título, *Aqui Ninguém é Branco*, e parte do entendimento da branquitude na mesma linha de Guerreiro Ramos, como “uma questão de imagem” (p.22) Por isso, ela argumenta que a branquitude “tem como um de seus principais campos de observação os meios de comunicação” (Ibidem). Dentro desse contexto, Sovik investiga como o discurso nacional brasileiro celebra um país de mestiços, ao mesmo tempo em que hipervaloriza a cultura européia e uma estética branca.

Em 2004, Vron Ware, organizadora do livro *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo* (2004), compilou uma série de artigos de autores da Austrália, África do Sul, Europa e Estados Unidos. Nessa edição, o tema da branquitude é definido de várias formas pelas(os) autoras(es). O objetivo do livro, que é colocado como uma pergunta, questiona: “que forças históricas e contemporâneas sustentam as formações particulares da branquitude no Brasil, e que estratégias antirracistas seriam apropriadas

para subvertê-las?”(WARE, 2004, p.9). Motivadas por essa reflexão, duas outras estudiosas brasileiras, explicitamente, direcionaram suas investigações sobre branquitude, Patrícia de Santana Pinho (2009) e Lia Schucman (2012), como resposta à inquietação.

Edith Piza, no seu capítulo de Bento e Piza (2002) “Porta de Vidro: entrada para a branquitude” (2002), investiga pessoas brancas que percebem (ou não) sua condição racial. Assim, Piza articula um processo em que uma pessoa branca pode se descobrir “racializada”, ou seja, se entender, social e politicamente, como branca. De acordo com a autora, ao deparar-se com sua cegueira diante de todo um sistema racista, uma pessoa branca é impactada de uma forma que pode ser comparada ao ato de bater contra “uma porta de vidro” (PIZA, 2002, p.61).

Em continuação da linha de pensamento de Piza (2002), Jorge Hilton de Assis Miranda escreveu o capítulo do mesmo livro, “Branquitude Invisível: pessoas brancas e a não percepção dos privilégios: verdade ou hipocrisia” em que o autor apresenta fases de acordo com a colisão contra a porta (2002). A primeira fase, de invisibilidade, é quando a pessoa “ainda não se chocou contra a porta de vidro”, e a segunda, de neutralidade, é “após se chocar contra a porta de vidro” (MIRANDA, 2017, p. 66). Ao longo do artigo, Miranda desenvolve estas categorizações, e no final, destaca situações em que a própria pessoa branca se conscientiza do seu privilégio.³⁵

Miranda (2017) faz parte de uma nova geração de pesquisadoras(es), que baseiam-se nas teorias e conceitos de Guerreiro Ramos (1995), Bento (2002), Piza (2002), Vron Ware (2004) e Sovik (2009), que tem surgido nos últimos anos. Há, também, Lourenço Cardoso que fez seu mestrado e doutorado, publicando vários artigos sobre o tema da branquitude e branquitude. O autor, junto com a Lia Schucman, organizou um dossiê a respeito do assunto, na Revista da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores Negras(os) em 2014, cujo interesse era “desvendar o branco em nosso

³⁵ Para chegar à fase de neutralidade, há situações que colaboram “para o despertar crítico do sujeito branco sobre sua própria condição de privilegiado” por exemplo, “o convívio com pessoas negras, um conflito mais agudo, um processo educativo que discuta racismo e branquitude” (MIRANDA, 2017, p.66-67). Psicóloga estadunidense Janet Helms (1990) também desenvolveu um estudo que mapeia a trajetória em que a pessoa branca embarca na construção de uma identidade branca crítica ao racismo. Ela o chama o “Modelo de Desenvolvimento Racial para a Identidade Branca”. O modelo inclui duas grandes etapas 1. “Abandono do Racismo” e 2. “Definindo uma Identidade Branca Não-Racista”, com estágios menores em cada etapa. A primeira etapa envolve um processo de desconstrução e a segunda envolve uma reconstrução de uma identidade não-racista. E é justamente na transição dessas etapas em que vemos a ideia de Edith Piza de se esbarrar numa porta de vidro.

contexto” (brasileiro) com a apresentação de “treze artigos inéditos sobre a identidade branca” (SCHUCMAN e CARDOSO, 2014, p.5).

Esta coletânea acabou sendo publicada como livro - *Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil* (2017), organizado por Tânia M.P. Müller e pelo próprio Lourenço Cardoso. Como o dossiê, este material, trata da “identidade branca com foco na realidade social brasileira” (MÜLLER E CARDOSO, 2017, p.13). É inspirando no trabalho de gerações anteriores, mas também visa abrir novos caminhos na área, trazendo reflexões pertinentes ao debate das relações raciais.

Além de ser jovem e crescente, no Brasil, o campo dos estudos acadêmicos da branquitude é bastante interdisciplinar, no sentido que cada autora(autor) que trata do tema faz observações e análises com recursos e métodos de diversas outras áreas de conhecimento. Ademais, cada pesquisadora(pesquisador) trabalha com um conceito de branquitude (ou vários conceitos dentro de um conceito) que, muitas vezes, geram divergências em relação às abordagens de outras(os) estudiosas(os).

Na língua inglesa, há um único termo usado para representar o conceito de branquitude – *whiteness* –, enquanto na língua portuguesa e no contexto brasileiro, há três termos diferentes que passam por uma disputa léxico-semântica e têm sido usados para o mesmo conceito — “branquitude”, “branquidade” e “brancura”. Sem querer me estender demais sobre essas detalhes, indico alguns exemplos dos três usos na literatura brasileira:

Guerreiro Ramos é apontado como o teórico que primeiro utilizou o vocábulo “brancura”, no ano de 1957. Desde então, algumas(uns) outras(os) têm feito uso dessa como uma tradução de *whiteness*.³⁶ Outras(os) entendem que “brancura” denota os aspectos físicos da pessoa branca — “a corporeidade do branco”, “as características fenotípicas que se referem à cor da pele clara, traços finos e cabelos lisos” (CARDOSO, 2017, p.46 e SCHUCMAN, 2012, p.102) diferentemente da “branquitude” que, para alguns autores e autoras, está mais associada à identidade branca.

A maior parte da literatura produzida no contexto brasileiro utiliza a palavra “branquitude”, inclusive as obras fundamentais de Maria Aparecida Silva Bento (2002)

³⁶ O livro *Diploma da brancura: política social e racial no Brasil, 1917- 1945*, escrito por Jerry Dávila em 2003 e depois traduzido para o Brasil em 2006, e o artigo de Luciana Alves “O valor da brancura: considerações sobre um debate pouco explorado no Brasil” publicado em 2012. Outro fato interessante, se botar “whiteness” no google tradutor, o que aparece é a palavra “brancura”.

e Liv Sovik (2009). “Branquidade” já foi utilizada na tradução do conceito em publicados sobre *whiteness* na língua inglesa, por exemplo, o artigo de Henry Giroux “Por uma pedagogia e política da branquidade” (1999). Além do mais, a coletânea organizada por Vron Ware faz uso da palavra “branquidade”. Rosana Heringer, Diretora do Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Candido Mendes à época da publicação do livro, explica o porquê:

Havia este debate [dos termos branquitude e branquidade] entre os autores que contribuíram no livro, nós da equipe do Afro/UCAM, a editora e a tradutora. Ninguém chegava a uma conclusão. Se não me engano foi a tradutora que insistiu no termo branquidade, alegando que seria o mais adequado do ponto de vista acadêmico, enquanto o termo branquitude teria uma conotação mais política, militante, inclusive fazendo referência ao seu contraponto, o termo negritude (HERINGER, 2018, mensagem pessoal).

Na literatura brasileira, quase todas(os) as(os) autoras(es) usam “branquitude” e “branquidade” como sinónimos, menos Lourenço Cardoso (2017) e Edith Piza (2005) e as(os) pesquisadores que seguem suas linhas de estudo, pois investigam uma diferenciação entre os termos. No entanto, parece ainda não haver consenso a respeito do uso dos termos “branquitude”, “branquidade” e “brancura”, no Brasil.

No presente capítulo, explorei o significado do conceito “branquitude”, e proporcionei uma reflexão a respeito do âmbito do seu estudo no Brasil. No próximo capítulo, explicarei, detalhadamente, o meu percurso metodológico.

2- O percurso metodológico

Na minha pesquisa, eu inicialmente estava instigada a encontrar pessoas autodeclaradas(os) brancas(os) que estivessem investigando o privilégio branco dentro da sociedade brasileira. Para mim, o fato de uma pessoa se autodeclarar branca e estudar o tema “branquitude”, significava (em teoria, ao menos) que ela estaria consciente da sua identidade racial e dos privilégios associados a essa condição. Isso, a princípio, me interessava, pois eu queria entender de que maneira ela chegaria a se perceber dessa forma.

Com tal pergunta em mente, fui em busca de pesquisadoras(es) que se autodeclaravam brancas(os) e que estudavam, ou haviam estudado, a branquitude no Brasil. Através da delimitação de alguns critérios, cheguei a sete pesquisadoras, todas elas mulheres. Depois de ler a produção acadêmica delas sobre a branquitude, decidi que iria entrevistá-las. Conhecendo, agora, o meu processo de pensamento, o objetivo deste capítulo é traçar meu percurso metodológico mais detalhadamente.

2.1 A delimitação de critérios

Na primeira etapa, a fim de encontrar pesquisadoras(es) que se enquadrariam no perfil que eu procurava, estabeleci critérios específicos, utilizando a ferramenta de “Buscar currículo” no Plataforma Lattes do CNPQ.³⁷ Decidi usar a Plataforma Lattes por ela armazenar currículos de todas(os) as(os) pesquisadoras(es) que fazem parte das instituições de ensino no Brasil. Pois,

O Currículo Lattes se tornou um padrão nacional no registro da vida pregressa e atual dos estudantes e pesquisadores do país, e é hoje adotado pela maioria das instituições de fomento, universidades e institutos de pesquisa do País” (PLATAFORMA LATTES).

Desde os anos 1980, havia o interesse em criar um “formulário padrão” para organizar as produções e os currículos dos pesquisadores no Brasil (PLATAFORMA LATTES). No entanto, isto só passa a ser realizado em agosto de 1999, quando o Currículo Lattes foi lançado com “o formulário de currículo a ser utilizado no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia e CNPq” (Ibidem.). A Plataforma Lattes tem

³⁷ A ferramenta “Buscar currículo” oferece a opção de escolher “Doutores” e/ ou “Demais pesquisadores (Mestres, Graduados, Estudantes, Técnicos, etc.)”. Selecionei as duas opções para fazer minha busca.

crescido, chegando a ser adotada como modelo por outros países na América Latina, Portugal e Moçambique, e há uma versão em espanhol (PLATAFORMA LATTES). Para minha pesquisa, fazer um levantamento de dados através da Plataforma Lattes brasileira foi um importante caminho para localizar pessoas que realizam/realizaram pesquisas sobre o tema “branquitude” no Brasil.

Para começar, segui os passos de Liv Sovik, que fez um levantamento de dados na plataforma, em 2014, chamando atenção para o número de doutores e não doutores que pesquisavam a “branquitude” (2014, p.172). Sovik relatou que existiam “39 doutores e 34 não doutores que usam a palavra-chave ‘branquitude’ para descrever seu trabalho” (Ibidem). Dentro daqueles que possuíam título de doutor, “10 se doutoraram a partir de 2010; 16 a partir de 2000; 8 a partir de 1990 e 5 antes disso, configurando um corpo de pesquisadores bastante jovem” (Ibidem).

Fazendo o mesmo levantamento na Plataforma Lattes em junho de 2017, encontrei 192 pesquisadores (doutores e não doutores) usando, nos seus currículos, a palavra-chave “branquitude” e 68 usando a palavra-chave “branquidade”. Nesse sentido, empiricamente, vemos que há um crescimento marcante desde os anos 2000 e, principalmente, nos últimos sete anos. Porém, o fato de os termos estarem presentes nos currículos não necessariamente indica que fazem parte dos trabalhos principais das(os) pesquisadoras(es).

A plataforma Lattes também registra pesquisadoras(es) que foram para congressos, minicursos ou outros eventos relacionados aos temas da branquitude, sendo que, nem sempre o assunto em questão é o foco principal da pesquisadora ou pesquisador. Portanto, descartarei esse tipo de currículo da análise por querer me concentrar em pesquisadoras(es) que tratam da branquitude como conceito fundamental de seus trabalhos.

Depois de fazer meu primeiro levantamento no Lattes, onde foram encontrados 192 e 68 pesquisadoras(es) que utilizam os termos, respectivamente, “branquitude” e “branquidade”, nos seus currículos, fiz um recorte mais específico.

Diante das escolhas de currículos mais específicos, o foco da minha procura para o trabalho, neste momento, passou a ser o de encontrar estudiosas(os) que demonstrassem dedicação acentuada à investigação do tema. Apostando nessa meta, concentrei as buscas naqueles e naquelas que usaram os termos “branquitude” e/ou

“branquitude” no *título* ou nas *palavras-chaves* de suas dissertações de mestrado ou em suas teses de doutorado.

Com este recorte, encontrei 34 pesquisadoras(es) utilizando o termo “branquitude” e 11 pesquisadoras(es) utilizando “branquitude” como foco principal nos seus trabalhos de mestrado ou doutorado. A partir disso, apliquei os seguintes critérios para a escolha das(os) participantes da minha pesquisa:

1. Os termos “branquitude” e/ou “branquitude” deveriam estar presentes no título OU nas palavras-chave da dissertação/tese;
2. o mestrado ou doutorado já deveria estar *concluído*;
3. a tese/dissertação deveria estar disponível na internet;
4. a pesquisa deveria apresentar vínculo com uma universidade brasileira;
5. a(o) pesquisador(a) deveria ser brasileira(o) e identificada(o) por mim como branca(o) na foto do currículo lattes ou através de outra fonte na internet;
6. a(o) pesquisador(a) deveria se autodeclarar branca(o) na sua dissertação/tese.

Antes de avançar nesta discussão do processo metodológico, é importante destacar que esse campo de pesquisa, da branquitude, está sendo investigado tanto por pessoas brancas quanto por pessoas negras.³⁸ Porém, frente aos meus objetivos, foi necessário que me concentrasse, somente, nas pesquisadoras(es) brancas(os). Além de serem identificadas(os) por mim como brancas(o), através de suas fotos, escolhi, apenas, as (os) que também se *autodeclaravam* brancas (os) em suas dissertações ou teses³⁹, considerando que me interessavam, e ainda interessam, pessoas que se reconheçam como brancas, e, que tenham abertura para falar sobre suas trajetórias pessoais ligadas às questões raciais, pois a maioria delas já haviam mencionado essas trajetórias na sua escrita.

³⁸ Em Apêndice 3, se encontra uma lista de outras(os) pesquisadoras(os) brasileiras(os) que concluíram um doutorado ou mestrado na área, mas que não se-identificam racialmente na sua produção, ou se identificam como negras(os).

³⁹ A etapa em que eu vi, pela foto, se a pessoa era branca ou não era apenas uma forma de delimitar um campo. Não a fiz com a intenção de definir definitivamente que a pessoa é branca a partir do meu ponto de vista.

Existem algumas(uns) pesquisadoras(es) estrangeiras(os), inclusive eu, que estudam a branquitude, porém nesta dissertação, procurei focar, especificamente, em pessoas brancas brasileiras que fizeram e/ou continuam a fazer pesquisas em instituições no Brasil, para poder ter um entendimento do âmbito da teoria da branquitude especificamente brasileira.

As pesquisadoras, encontradas, logo abaixo, na Tabela 1, apresentavam correspondências com todos os critérios, mencionados anteriormente. Coletei a maioria das informações sobre elas através da Plataforma Lattes, já informações mais específicas como as categorias “Idade” e “Profissão atual”, obtive ao longo das entrevistas.

Tabela 1: Informações sobre pesquisadoras brancas que estudaram a branquitude no Brasil entre 2012 e 2016.

Nome⁴⁰	Ano da pesquisa	Cidade e Estado de Nascimento	Região do Estudo	Área	Idade	Profissão atual
Ana Beatriz	2011-2015 (D)*	São Paulo, São Paulo	Sudeste	Direito/ Direitos Humanos	48	Advogada para casos de racismo / psicanalista
Fernanda	2010-2014 (D)	São Paulo, São Paulo	Sul	Ciências Humanas	41	Professora universitária
Camila	2010-2014 (D)	Cidade pequena do interior de Goiás	Sudeste	Educação	36	Pesquisadora visitante em instituição de pesquisa pública
Elisa	2014-2016 (M)**	Cidade do interior de São Paulo	Sudeste	Letras	27	Professora em colégio particular / doutoranda
Giovanna	2012-2015 (M)	Cidade do interior de São Paulo	Sudeste	Educação	31	Coordenadora pedagógica em curso superior e técnico
Lorena	2012-2014 (M)	Florianópolis, Santa Catarina	Sul	Educação	29	Professora em colégio particular /doutoranda
Marcela	2008-2012 (D)	São Paulo, São Paulo	Sudeste	Psicologia	38	Pesquisadora independente

* (D)= doutorado; **(M)= mestrado

Observando essa tabela, pode-se notar, logo de início, alguns padrões que se destacam. Primeiro, todas as pesquisadoras são mulheres. Segundo, todas elas estudaram em universidades públicas das regiões sul ou sudeste do Brasil. Terceiro, cinco das sete são do Estado de São Paulo; três desse cinco, da capital paulista. As outras duas são da região centro oeste e a região do sul. Esses dados serão contemplados mais profundamente no próximo capítulo.

2.2 O carácter qualitativo: a técnica de entrevista

Até agora, meu estudo tem revelado características de uma *pesquisa quantitativa* — posto que, em um dos critérios, me empenhei em procurar o *número* de pesquisadoras e pesquisadores que fazem parte do campo dos estudos da branquitude no Brasil. No entanto, a substância da minha pesquisa se constitui por meio de uma metodologia de estudo qualitativo, considerando a utilização feita da técnica de entrevista e a abordagem de análise.

Segundo Rosália Duarte:

o que dá o carácter qualitativo não é necessariamente o recurso de que se faz uso, mas o referencial teórico/metodológico eleito para a construção do objeto de pesquisa e para a análise do material coletado no trabalho de campo (2004, p. 214-215).

Nesse sentido, minha pesquisa, primariamente, tem uma abordagem qualitativa por ser fundamentada nas teorias de raça, racismo, branquitude e gênero - para compreender não só as trajetórias acadêmicas, pessoais e raciais das pesquisadoras, mas, também, por apresentar elementos relevantes no que tange ao campo dos estudos da branquitude brasileira, bem como a inserção delas nesse meio. Assim, ainda que usando os números para quantificar as abordagens dos termos e temas principais das dissertações das pesquisadoras, este trabalho tem um carácter muito mais especificamente qualitativo, no tocante a interrogações e questões muito mais amplas que dão importância às subjetividades ao focar em indagações do tipo: Quem? Como? Por quê?

Para a segunda etapa da minha pesquisa, li as dissertações e teses das pesquisadoras, prestando atenção nas partes dos textos em que elas se autodeclaravam brancas, além dos seus problemas de pesquisa, objetivos e conclusões nos trabalhos. No final das contas, eu queria conhecê-las melhor através da sua produção acadêmica, mas

decidi não trazer trechos específicos das suas dissertações e teses para análise. Fiz essa escolha, primeiramente, para manter a privacidade dos nomes o máximo possível (pois, um trecho da tese colocado no Google, já revelaria o nome da autora), e também, por estar diante de uma grande quantidade de material e com a limitação de tempo imposto para uma pesquisa de mestrado.

Segundo Hartmut Gunter (2006, p. 202-203), “a afirmação: ‘o todo é maior do que a soma das suas partes’, não significa que não possa ser conveniente concentrar-se ‘apenas’ numa parte do processo da pesquisa”, ou no meu caso, só na informação que os currículos lattes, os e-mails trocados com as pesquisadoras, e as entrevistas proporcionam. No entanto, a leitura das dissertações e teses serviu para que eu tivesse alguma noção do pensamento das pesquisadoras ao respeito delas mesmas como mulheres brancas, e suas concepções sobre a branquitude na hora de fazer a entrevista. Além do mais, utilizo a produção delas como referências teóricas na minha própria escrita.

A terceira etapa foi a de entrevista. Usei a técnica de entrevista semiestruturada, por alguns motivos. Primeiro, os dados oferecidos através dos currículos lattes e das teses/dissertações das pesquisadoras, não satisfaziam, ainda, as perguntas investigativas deste trabalho.

De acordo com Júnior e Júnior (2011, p. 239):

O objetivo do pesquisador é conseguir informações ou coletar dados que não seriam possíveis somente através da pesquisa bibliográfica e da observação. A entrevista é uma das técnicas mais utilizadas por pesquisadores para a coleta de dados neste terceiro momento.

Nesse sentido, vale pontuar que nem todas as pesquisadoras explicaram, detalhadamente nas suas dissertações e teses, seus processos de se perceberem brancas, assim como também não expuseram por completo suas experiências de como era estudar a branquitude nas universidades brasileiras — dois aspectos, acredito, fundamentais para se entender suas trajetórias pessoais e a influência do campo dos estudos da branquitude na academia brasileira. Nesse sentido, a técnica de entrevista, possibilitou a exploração desses aspectos.

Segundo, escolhi usar o método da entrevista por ele facilitar a narração de histórias. Como eu queria entender as trajetórias pessoais e acadêmicas das

pesquisadoras, fazer uma análise das suas narrativas me parecia fundamental para realizar esse objetivo. Também, de acordo com W.S Santos,

A construção de narrativas está intimamente relacionada à construção indenitária. O estudo das narrativas é uma ferramenta importante para entendermos como as pessoas processam construções indenitárias através da narração de suas histórias (SANTOS, 2013, p.24).

Sendo assim, a técnica da entrevista deu espaço para as pesquisadoras contar suas histórias, e revelar—no formato de uma narrativa—suas percepções sobre a construção das suas identidades como brancas, e a influencia da teoria da branquitude nessa construção.

Além do mais, para Duarte entrevistas,

se forem bem realizadas, elas permitirão ao pesquisador fazer uma espécie de mergulho em profundidade, coletando indícios dos modos como cada um daqueles sujeitos percebe e significa sua realidade e levantando informações consistentes que lhe permitam descrever e compreender a lógica que preside as relações que se estabelecem no interior daquele grupo (2004, p.215).

Diante dessa ideia de profundidade do pesquisador junto às características dos trabalhos sobre branquitude, eu queria contato pessoal com as pesquisadoras. Por mais que fosse pelo Skype, achava necessário ter um rosto, uma voz, um riso que correspondesse, de algum modo, ao nome e à escrita dessas pessoas. Eu precisava, em certa medida, humanizar a elas para mim, e humanizar a mim para elas. Por isso, achei importante criar um vínculo, mesmo sendo mínimo, entre mim e elas.

A técnica da entrevista também possibilitou uma abertura, uma troca entre nós pesquisadoras, diferentemente de uma mera leitura das teses/dissertações. Desta forma, no final das entrevistas, deixei o espaço aberto para elas fazerem perguntas sobre mim—minha pesquisa, minha trajetória etc.

Em relação à estruturação da entrevista, optei pela utilização de um roteiro semiestruturado que teve uma série de perguntas padrões para cada pesquisadora, mas também, com esse formato, eu poderia acrescentar perguntas espontaneamente, de acordo com as falas das entrevistadas e o caminho que elas tomaram.

Assim, junto com meu orientador, elaboramos um roteiro para ponderar os seguintes temas principais, a saber:

1. a percepção de cada pesquisadora sobre ser branca no Brasil;
2. como elas haviam se dado conta de que o racismo é uma realidade concreta;
3. porque consideravam relevantes estudar o tema “branquitude”;
4. as experiências que elas poderiam citar como estudiosas do tema “branquitude” em uma universidade brasileira;
5. e, por fim, o que significava branquitude e/ou branquidade para elas.

Algumas perguntas do roteiro foram inspiradas em fontes variadas de pesquisa. Por exemplo, a pergunta: “Quando você se percebeu branca?”, veio de uma postagem encontrada em um grupo fechado do Facebook, direcionado a mulheres (na maioria brancas) dispostas a discutir o assunto “branquitude”; durante o minicurso *Letramento Racial Crítico Através de Narrativas Autobiográficas*, dada pela Professora Doutora Aparecida de Jesus Ferreira, em maio de 2017, me interessei pela pergunta proposta por ela: “Como você se deu conta que o racismo existe?”; já a pergunta: “O que faz de um branco um branco?”, copiei, palavra por palavra, da pesquisa de Valeria Ribeiro Corossacz (2014).

Somando toda a entrevista, juntei 22 perguntas que foram aplicadas às participantes, além de duas ou três questões adicionais, especificamente, direcionada para cada pesquisadora. As perguntas podem ser vistas no Apêndice 2, no final da dissertação. Após o exame de qualificação de mestrado deste meu trabalho, quatro perguntas foram acrescentadas e duas foram retiradas do roteiro, de acordo com outras reflexões pensadas para a pesquisa. São elas:

1. Você se sente confortável em falar que você é branca para as pessoas? Sim ou não? Por quê?
2. Na sua vida, você já se sentiu desconfortável falando sobre raça e racismo com outras pessoas? Sim ou não? Por quê?”

Acrescentei essas duas perguntas após a leitura das teses e dissertações das entrevistadas, pois percebi que muitas delas *também* entrevistaram pessoas brancas nas suas pesquisas, e as(os) entrevistadas(os) demonstraram um desconforto na hora de se autodeclararem brancas(os) e/ou em falar sobre o racismo. Assim, pensei: será que as pesquisadoras que pretendo entrevistar também iam ter o mesmo incômodo?

Também, surgiu a seguinte pergunta, introduzida por uma afirmação a respeito do dado de gênero encontrado ao longo da minha pesquisa:

3. Na busca que fiz, o maior número de pessoas que encontrei pesquisando branquitude são mulheres. Qual é a sua opinião sobre isso?

Adicionei essa pergunta, considerando minha própria hipótese sobre a resposta— que era: levando em conta o fato de que mulheres brancas sofrem opressões do machismo, seria possível pensar que elas, por sua vez, poderiam ter mais empatia e entender melhor a opressão racista, refletindo sobre seu próprio privilégio, com mais facilidade que homens brancos. Como elas são mulheres e pesquisadoras da branquitude, igual a mim, queria saber se elas também tinham refletido sobre essa intersecção de gênero no seu trabalho ou na sua vida pessoal.

Uma última questão também surgiu ao longo do processo de pesquisa:

4. No passado, você já se identificou com outra categoria de raça que não era branca (pardo, negro, indígena etc.)? Por quê? O que mudou?

Incluí essa pergunta por refletir sobre a complexidade que o discurso da mestiçagem apresenta no contexto brasileiro. O mito da democracia racial conseguiu velar não só a existência do racismo no país, mas também a presença de pessoas brancas. “A linha de fuga pela mestiçagem nega a existência de negros e esconde a existência dos brancos” (SOVIK, 2009, p.50). Há brancos brasileiros, por exemplo, que dizem “não sou branco, sou mestiço, somos todos mestiços!”. Será que no passado – na infância, na adolescência ou na vida adulta - as pesquisadoras que entrevistarei se identificaram como não-brancas, pensando dentro dessa lógica? Se sim ou se não, isso poderia ter algum impacto? Qual?

Por último, as perguntas expostas abaixo, foram retiradas, pois já não pareciam suscitar informações relevantes:

1. Você pensa sobre ser uma pessoa branca e sobre os privilégios ligados a essa circunstância? Em que situações?
2. Qual foi a sua primeira produção acadêmica sobre o tema? Por que a realizou? Quando a realizou, e onde?

As duas primeiras entrevistas serviram como um teste para que eu tivesse uma ideia de possíveis respostas, além de marcar um ponto de partida. Como já mencionado, após as entrevistas de “teste”, algumas perguntas foram acrescentadas ou retiradas.

As entrevistas foram realizadas com a ferramenta “Skype”⁴², com a utilização de um aplicativo de gravação – “Call Recorder”, versão Demo ou QuickTime, ou ainda, Voice Record.⁴³ No início de cada sessão de Skype, era pedida a permissão para ligar a gravadora e todas as participantes autorizaram. As entrevistas duraram, aproximadamente, entre uma hora e uma hora e meia. Todas, a não ser uma delas, incluíram áudio e vídeo. A última entrevista não teve vídeo, pois a conexão de internet da própria entrevistada estava muito fraca.

Após a entrevista, todas mandaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido⁴⁴ assinado, e, marcando suas preferências, na maioria, em manter seus nomes anônimos.

Três delas me deram a opção de colocar o nome na dissertação se fosse necessário, mas optei por usar pseudônimos para todas, já que o meu propósito não é o de analisar uma pessoa específica, mas sim, o âmbito do campo da branquitude brasileira e algumas de suas pesquisadoras brancas.

Uma das pesquisadoras entrevistadas pediu para ler a transcrição de sua fala por inteira. Nesse caso, fiz uma transcrição mais detalhada, e, conforme seu pedido, mandei para que ela aprovasse. Outras duas pediram que certas falas não fossem incluídas no texto final, mas fizeram questão de me explicar certas situações, mesmo não inclusas, para que eu pudesse entender um contexto geral da fala. Portanto, essas partes ficaram de fora do trabalho.

Após a realização das entrevistas, escutei uma a uma e fui anotando momentos das falas que, de início, me impressionaram. Nesse sentido, ao longo do processo de transcrição, fui percebendo que a teoria da branquitude aparecia na fala de cada pesquisadora. Me chamou a atenção todas as vezes que elas apontavam para um texto

⁴² Skype é um aplicativo que fornece vídeo chamadas entre duas ou mais pessoas através da internet.

⁴³ O aplicativo “Call Recorder” só era uma versão Demo, ou seja, após um mês, já tinha que pagar pelo uso. Como tal, fui atrás de ferramentas de gravação de graça- QuickTime e Voice Record.

⁴⁴ O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é um documento - assinado tanto pela participante quanto pela pesquisadora – afirmando que a participante concorda em participar na pesquisa e que seus direitos serão mantidos ao longo do estudo. Se a participante desejar, os dados obtidos por meio da pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar seu sigilo. Se encontra o TCLE em Apêndice 3.

específico ou uma palestra dada sobre a temática e como ela lhes impactou de uma forma significativa, tanto pessoalmente quanto academicamente. Assim, selecionei esses trechos para transcrever com mais rigor. No próximo capítulo, analisarei os trechos com o objetivo de refletir a respeito da influencia da teoria da branquitude nas vidas dessas pesquisadoras brancas.

3- Análise das narrativas

Eu gostei bastante da experiência de entrevistar as pesquisadoras, estudiosas da branquitude. A partir das suas respostas ao meu e-mail inicial, recebi muito feedback positivo— demonstraram felicidade e interesse em saber da minha proposta de pesquisa e se disponibilizaram a ajudar futuramente caso eu precisasse. Pediram para ler o meu trabalho final e mostraram uma vontade de aprender mais sobre o campo da branquitude e sobre outras pesquisadoras neste meio.

No primeiro contato com as pesquisadoras, pelo e-mail, não revelei que sou estadunidense, apenas mencionei que sou branca. No entanto, no início da entrevista pelo Skype, falei “sou originalmente dos Estados Unidos e moro no Brasil há mais de quatro anos.” Após isso, esperava que alguém fosse expressar desconforto em me conceder a entrevista, considerando que eu venho de um país imperialista e existem muitos estudos estadunidenses que olham a brasileiros como “objetos” de pesquisa. Porém, o contrário aconteceu e muitas delas foram encantadas a saber da minha origem e apoiaram imensamente o meu trabalho aqui no Brasil.

Ao longo das entrevistas, ficou evidente como a maioria delas se alinham e se colocam no papel de *pesquisadoras*. Demonstraram que também passaram pelo mesmo processo de pesquisa e entrevista que eu estava passando (mas, no papel oposto) e queriam facilitá-lo ao máximo possível.

Nas conversas com elas, aprendi bastante e essa aprendizagem é o foco principal do presente capítulo. Durante o processo de entrevista, percebi o quanto várias teorias da branquitude lhes influenciaram na vida acadêmica e na vida pessoal. Nesse sentido, ao longo do capítulo, pretendo abordar:

1. Algumas teorias que deram abertura para as pesquisadoras pensarem sobre a branquitude;
2. O papel da teoria da branquitude em examinar e explicar identidades nacionais, regionais, e familiares;
3. Como a teoria da branquitude provocou transformações acadêmicas nos estudos das pesquisadoras;
4. A teoria da branquitude e impactos na sociedade brasileira.

Cada pesquisadora trabalha com um conceito diferente da branquitude, e algumas utilizam o termo “branquitude” para referir à mesma. Ainda outras vêem uma

diferenciação entre os termos. Apresentarei, também, ao longo deste capítulo, o entendimento de “branquitude” e/ou “branquidade das entrevistadas.

3.1 Aberturas para pensar a branquitude: o uso da escrita em primeira pessoa e a trajetória pessoal

Refletindo sobre meus próprios trabalhos de teoria feminista, percebo que o texto escrito – a conversa teórica – é mais significativo quando convida as leitoras a se engajar na reflexão crítica e na prática do feminismo. Para mim, essa teoria nasce do concreto de meus esforços para entender as experiências da vida cotidiana, de meus esforços para intervir criticamente na minha vida e na vida de outras pessoas. Isso, para mim, é o que torna possível a transformação feminista. Se o testemunho pessoal, a experiência pessoal, é um terreno tão fértil para a produção de uma teoria feminista libertadora, é porque geralmente constitui a base da nossa teorização (hooks, 2013, p. 97).

Três meses antes de defender esta dissertação, eu finalmente me permiti escrever em primeira pessoa. Antes, acreditava que, por ser uma pessoa branca dos Estados Unidos, minhas próprias perspectivas causariam mais danos do que reflexões relevantes para um estudo sobre raça no Brasil, atentando para o considerável histórico de estrangeiros, europeus e norte-americanos, que vieram ao Brasil e reproduziram lógicas racistas e imperialistas ao analisar as relações raciais. Nesse sentido, eu não queria ser mais um número para este dado.

Assim, antes, escrevi na terceira pessoa tentando incluir todas as vozes ao meu redor — a do meu orientador e da minha co-orientadora, as das minhas amigas e colegas de mestrado, as das teóricas e teóricos utilizados na pesquisa, enfim, a voz de todo mundo, menos a minha. Não é que essas vozes não são importantes, são. Inclusive foram fundamentais para eu chegar o meu próprio pensamento. Mas o fato é que eu tinha medo da minha própria voz e dos meus próprios pensamentos, pois entendia que eles poderiam ser responsáveis por mais dor – racismo e imperialismo—além daquelas já existentes no mundo. Assim, o resultado dessas minhas reflexões, inicialmente, foi a produção de um grande apanhado sobre o que outras pessoas pensavam em relação ao racismo e a branquitude brasileira, e nada que fosse realmente novo, interessante, estratégico, ou inovador para mim. Várias pessoas sugeriram que eu escrevesse em primeira pessoa, mas não escutei, de fato, seus conselhos. Eu ainda não entendia como essa forma de escrita poderia ser tão útil e libertadora.

Aprendi com minhas entrevistadas, as pesquisadoras brancas que investigaram e investigam a branquitude brasileira, sobre a importância de escrever a partir das minhas vivências e usando minha própria voz. Escolhi entrevista-las justamente pelo fato de terem se colocado em relação à suas identificações como brancas, bem como suas respectivas trajetórias pessoais em seus textos de dissertação ou tese.

Assim, tanto a pergunta que fiz a estas mulheres a quem entrevistei – “Eu vi, em seu trabalho, que você fala da sua trajetória pessoal. Porque você achou necessário fazer isso?” – como suas respostas, foram essenciais para mim.

Com essa pergunta junto à leitura de seus textos, elas me levaram à teoria feminista, à teoria pós-colonial, à teoria da psicologia social crítica, e à teoria da branquitude – estudos que me demonstraram a possibilidade, na verdade, a *necessidade*, de se produzir ciência e conhecimento a partir da perspectiva da própria autora, ou seja, da minha própria perspectiva. E que *isso* seria uma forma mais acertada de tentar não reproduzir lógicas racistas e imperialistas na minha escrita.

Desse modo, agora gostaria de evidenciar algumas teorias que possibilitaram às pesquisadoras brancas brasileiras, entrevistadas nesta pesquisa, pensar e utilizar a teoria da branquitude em seus estudos de mestrado ou doutorado, a partir de suas próprias trajetórias.

3.1.1 “Valorizar minha própria subjetividade”: Os Estudos de Gênero

Fernanda, 41, é professora universitária na região sul do país. Para o seu doutorado, usou a teoria da branquitude ao analisar revistas no campo da moda. Fernanda usa o termo “branquitude”, porque acredita que a palavra “branquitude” faz um paralelo com “negritude”, que, para ela, foi um movimento literário e artístico que buscou valorizar aspectos positivos da cultura e identidade negra. Assim, não era um objetivo dela positivar a cultura e identidade branca. O objetivo dela na tese, era de “apontar aspectos muito negativos em relação à [...] cultura branca hegemônica, muito baseada no olhar de uma visão eurocêntrica”.

O trabalho de Fernanda nasceu dentro de um arcabouço dos Estudos de Gênero, que a pesquisadora aponta como fundamental na sua escrita, que parte da sua própria perspectiva e subjetividade.

LAURA: Eu vi na sua tese, que eu li, que você autodeclara branca e fala um pouco da sua trajetória nesse sentido. Por que você considerou necessário fazer isso?

FERNANDA: Certo [...] Isso se deve a alguns fatores. Um deles é a própria trajetória de pesquisa, realizada dentro de uma linha de pesquisa de Estudos de Gênero. Foi uma linha que me proporcionou através de algumas disciplinas, esse olhar voltado mais para a importância de uma construção do conhecimento que valorizasse a minha própria subjetividade dentro de uma perspectiva mais feminista de escrever, de ver o mundo e ver as relações do corpo com a sociedade, principalmente, dentro da temática da moda.

O campo dos Estudos de Gênero trabalha com a teoria feminista. De acordo com Norman K. Denzin e Yvonna S. Lincoln, “Os estudos feministas [...] são empregadas epistemologias subjetivistas e metodologias naturalistas” (2006, p.35). Com a teoria feminista, a subjetividade da autora ou do autor é colocada em pauta e a ideia de que existe uma ciência que é completamente objetiva e neutral é desmistificada e questionada. Como afirma Donna Haraway “a pesquisa feminista acadêmica e ativista tentou repetidas vezes responder às questões sobre o que nós queremos dizer com o termo, intrigante e inescapável, ‘objetividade’” (HARAWAY, 1995, p.7), porque a teoria feminista insista na importância da subjetividade dentro da pesquisa acadêmica

No entanto, muitas vezes essa mesma pesquisa acadêmica é criticada por ser parcial demais. Para refutar essa crítica, Haraway explica que:

Não perseguimos a parcialidade em si mesma, mas pelas possibilidades de conexões e aberturas inesperadas que o conhecimento situado oferece. O único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular. A questão da ciência para o feminismo diz respeito à objetividade como racionalidade posicionada (1995, p.33).

Na teoria feminista, a forma de conseguir “objetividade”, é justamente a partir de “saberes localizados” - *situated knowledges* - e conhecimento subjetivo (HARAWAY, 1995). Então, atentando ao fato de que Fernanda escreve dentro de uma linha de pensamento feminista, era fundamental que ela falasse a partir da sua própria subjetividade. Nesse aspecto, Fernanda continua:

FERNANDA: Então, essa primeira questão de eu poder me expressar enquanto pesquisadora e situar o meu lugar nessa produção acadêmica, a questão racial me pareceu fundamental que eu pontuasse.

Como Fernanda segue uma proposta feminista de situar seu conhecimento, assim, achou necessário identificar sua raça.

FERNANDA: Então, essa possibilidade de deixar nas linhas da tese a minha subjetividade enquanto pesquisadora, enquanto mulher, enquanto branca, de meia idade, classe média. Eu acho que esses cruzamentos todos, considere importante pontuar na tese.

É possível entender as múltiplas subjetividades de Fernanda dentro da linha do feminismo interseccional. De acordo como Kimberle Crenshaw que cunhou o termo “interseccionalidade”:

a interseccionalidade pode servir de ponte entre diversas instituições e eventos e entre questões de gênero e de raça nos discursos acerca dos direitos humanos – uma vez que parte do projeto da interseccionalidade visa incluir questões raciais nos debates sobre gênero e direitos humanos e incluir questões de gênero nos debates sobre raça e direitos humanos (2004, p.8).

Nesse sentido, Fernanda, especificamente, procurou abordar interseções de raça (além de idade e classe) na sua discussão sobre gênero. Continuando:

FERNANDA: Certo. Para que eu pudesse, em seguida, fazer algumas relações, inclusive, deixando mais claro, na introdução, que para mim também foi um desafio, a partir do momento que eu assumisse esse lugar social, lugar de fala, isso abriria várias questões que eu não poderia deixar de tratar na tese, tendo em vista o tema da branquidade.

Para pensar a última fala de Fernanda, Haraway traz alguns *insights*:

As feministas têm interesse num projeto de ciência sucessora que ofereça uma explicação mais adequada, mais rica, melhor do mundo, de modo a viver bem nele, e a relação crítica, reflexiva em relação às nossas próprias e as práticas de dominação de outros e **nas partes desiguais de privilégio e opressão que todas as posições contêm**. Nas categorias filosóficas tradicionais, talvez a questão seja ética e política mais do que epistemológica” (1995, p.15, grifo meu).

Como apontado no último trecho da fala de Fernanda, a introdução da sua tese revela sua trajetória pessoal para chegar no campo da moda e a influência dos Estudos de Gênero (e Pós-coloniais também) para chegar à teoria da branquidade, bem como seu próprio lugar de fala. Identificar-se como branca e falar a partir desse lugar se apresenta

como uma necessidade ética e política que ela “não poderia deixar de tratar”, considerando que seu tema de pesquisa envolve a branquidade.

3.1.2 “Preciso ver como é que eu comecei a ser construída como branca”: os Estudos da Branquidade

Lorena, 29, é professora em um colégio particular e, atualmente, é doutorando. Seu trabalho de pesquisa investiga educação intercultural. Em seu mestrado, cursado em uma instituição pública da região sul do país, utilizou a teoria da branquidade na área de Educação. Lorena vê uma diferenciação entre os termos branquitude e branquidade. Ela escolheu, especificamente, usar o termo “branquidade” por acreditar que “branquitude” traz uma contraposição à ideia de negritude, e como tal, um aspecto positivo ao ser branco. Ela acha que a branquidade faz mais sentido no reconhecimento do privilégio do ser branco.

Para Lorena, um texto específico, referente aos Estudos da Branquidade, foi revolucionário em sua pesquisa por dois motivos:

1. instigou a desconstrução e construção de sua identidade racial branca;
2. fez com que percebesse que podia utilizar a teoria da branquidade na sua própria pesquisa.

Assim, quanto perguntei “Você se autodeclara branca e fala dessa trajetória no seu texto. Porque você fez isso? Porque você achou necessário fazer isso?” Lorena respondeu,

LORENA: Porque, aí eu faço um parêntesis, que minha orientadora de mestrado é uma pessoa que amo muito. [...]

E um dia em aula, nas primeiras aulas do mestrado, ela trouxe um texto, acho que do David Roediger, acho que é assim que se pronuncia, em que ele fala sobre a descoberta dele ser branco. E esse foi o meu primeiro contato com branquidade.

O texto de Roediger que Lorena se refere, é intitulado “Sobre autobiografia e teoria: uma introdução” e faz parte da coletânea organizada por Vron Ware (2004) *Branquidade: identidade branca e multiculturalismo*. No texto, ele explica a importância de incluir suas reflexões pessoais na escrita sobre branquidade:

Até época muito recente, eu teria pulado todo esse material autobiográfico, certo de que minhas ideias sobre a raça e a classe

trabalhadora branca nasceram de uma reflexão consciente, baseada na pesquisa histórica. Mas grande parte dessa reflexão remeteu ao que os anos de minha infância poderiam ter-me ensinado: [...]. Minhas experiências juvenis – e, exceto pelo resultado, elas não foram muito diferentes das de vários garotos brancos da classe trabalhadora na época – poderiam ter-me fornecido os temas centrais deste livro. Mas as tarefas subsequentes – explica como, quando e por que a ‘branquidade’ tornou-se tão importante para os trabalhadores brancos – exigem, de fato, **a reflexão consciente e a pesquisa histórica**” (ROEDIGER, 2004, p.45, grifo meu).

Roediger não só modela um formato de escrita que incorpora reflexões pessoais, mas também destaca, explicitamente, a importância de fazer isso quando se trabalha com o tema da branquidade. Continuando com a narrativa de Lorena:

LORENA: E eu li aquele texto... e eu [pausa], meu *deus* do céu, preciso fazer o meu texto, porque eu vejo ele falando sobre infância, sobre contato com as populações irlandesas. Ele não conseguiu entender porque que os irlandeses que estavam na mesma situação social dos negros, eram racistas com os negros e não queriam ser negros—ele fala em uma parte do texto isso.

Eu comecei a pensar: não, *tenho* que fazer algo assim. Eu preciso *ver* como é que eu comecei a ser construída como *branca*, e em quais situações foram situações-chaves na minha vida para isso. Daí, quando eu comecei a me construir também.

Após ler o capítulo de Roediger (2004), Lorena é inspirada a fazer seu próprio texto, explorando sua construção como pessoa branca. Ela inclusive me falou que fez uma versão maior, com detalhes bem específicos, mas depois condensou para incluir na dissertação.

Também, com o artigo de Roediger (2004), Lorena vê a possibilidade de utilizar a teoria da branquidade na sua própria pesquisa. Lorena continua falando da sua trajetória acadêmica, seu curso de história e seu interesse na independência de países africanos, e sua especialização em História da África. Foi no mestrado que Lorena se encontra com a teoria da branquidade de Roediger (2004). Como ela explica,

LORENA: Quando cheguei nesse texto do Roediger, para mim foi fantástico, porque eu vi que podia trabalhar com a temática.

Com o capítulo de Roediger (2004), Lorena vê a possibilidade de fazer pesquisa utilizando a teoria da branquidade.

3.2 “Como é ser branco em um país que se diz não branco?”: Identidade nacional, regional e familiar na construção de uma identidade racial branca a partir da teoria da branquitude

A branquitude, como a negritude, é sempre relacional, seja no contraste de regiões dentro do Brasil ou na comparação de como países estão posicionados diferentemente dentro das configurações globais de poder (PINHO, 2009, p.52, tradução minha).⁴⁵

Nesta seção, apresento a narrativa de três pesquisadoras – Ana Beatriz, Lorena e Camila—, e a construção de suas identidades raciais. Para esse fim, contextualizo as trajetórias em que se entendem como brancas dentro de conjunturas familiares, regionais e nacionais, e como essas trajetórias foram atravessadas pela teoria da branquitude.

3.2.1 “As psicólogas americanas”: a narrativa de Ana Beatriz

Hoje em dia, Ana Beatriz, 48, paulista, é advogada, psicanalista, e faz parte de uma instituição onde trabalha com temas relacionados à discriminação racial. Nessa instituição, faz consultoria e treinamentos. Também atende pessoas como psicanalista e dá consultoria para ONGs. Ana Beatriz usa o termo “branquitude” porque ela acha mais bonito, mas ela não vê uma diferenciação entre os termos. Ela entende os estudos da branquitude como um estudo da formação da identidade branca.

Ao longo da entrevista, foi possível perceber que a trajetória acadêmica de Ana Beatriz esteve bastante atravessada por sua trajetória pessoal. Completou a graduação e logo depois começou a trabalhar como advogada num escritório. Com 30 anos, saiu do escritório para trabalhar na área social e teve um relacionamento com um ativista negro que mudou completamente sua perspectiva e interesse de estudos.

Ana Beatriz conta que em meio a relação, seu companheiro foi demonstrando que o racismo existia. No início, ela “achava que era loucura da cabeça dele”. Mas ele continuava apontando momentos em que ele sofria discriminação cotidianamente como, por exemplo, não passar na porta giratória do banco. Finalmente:

ANA BEATRIZ: Um dia ele virou para mim e falou - “você fala de feminismo e fala que os homens não enxergam, você também não está

⁴⁵ Texto original: Whiteness, like blackness, is always relational, whether one is contrasting regions within Brazil or comparing how countries are differently positioned within global configurations of power.

enxergando”. E *neste* momento foi que eu comecei a mudar o meu olhar e tentar perceber.

Nesse primeiro trecho da fala de Ana Beatriz, observo que existe um momento que Elliot G. Mishler chama de “ponto de virada” (2002, p.106). O “ponto de virada” em uma narrativa, é o momento em que a entrevistada marca uma situação, uma fala, ou um evento específico que causou uma transformação no seu pensamento. Segundo Mishler,

Os entrevistados relatam esses eventos como algo que modificou sua compreensão sobre experiências passadas. Tais eventos lhes abrem direções de movimento inesperadas e que não podiam ser previstas pelas suas visões anteriores do passado, levando-os a um senso de si próprios diferente e levando-os também à mudanças que traziam consequências para a maneira como eles se sentiam e para as coisas que faziam (2002, p.107-108).

Quando Ana Beatriz fala “*neste* momento foi que eu comecei a mudar o meu olhar e tentar perceber”, entendo que ela teve uma epifania, um entendimento inesperado que mudou completamente sua visão sobre o racismo. Ana Beatriz cita esse momento como fundamental no seu processo de perceber-se branca.

A epifania da entrevistada acontece quando seu namorado faz uma comparação entre racismo e machismo. A feminista branca estadunidense, Peggy McIntosh, no seu artigo “Privilégio branco e privilégio masculino: um relato pessoal de ver semelhanças entre os dois, a partir de investigações nos Estudos de Gênero” (1988)⁴⁶, também explica como conseguiu entender o privilégio branco através do seu trabalho e a frustração ao ver que os homens não percebiam suas vantagens por serem homens. Pois os homens em nossa sociedade também estão em uma posição estrutural de poder e normalidade. Ela conta:

Através do meu trabalho de incorporar materiais dos estudos de gênero no resto do currículo, muitas vezes, percebi a falta de vontade dos homens para admitir que eles são privilegiados, embora possam admitir que as mulheres estão em desvantagem. [...] Pensando através do privilégio masculino que não é reconhecido como um fenômeno, percebi que, uma vez que as hierarquias em nossa sociedade estão interligadas, há provavelmente um fenômeno de privilégio branco que

⁴⁶ Título original: “White Privilege and Male Privilege: A Personal Account of Coming to See Correspondences Through Work in Women's Studies”.

foi negado e protegido de forma semelhante (McINTOSH, 1988, p.1, tradução minha).⁴⁷

Peggy McIntosh (1988), por ser oprimida pelo machismo como mulher, e perceber o quanto os homens não enxergavam seus privilégios, se deu conta de que um fenômeno parecido estava acontecendo em relação a sua posição de branca na sociedade. Como McIntosh (1988), Ana Beatriz é instigada por seu namorado, um homem negro, a fazer a mesma comparação que, por sua vez, possibilita uma mudança de olhar quanto às ocorrências de racismo, ao mesmo tempo que também faz com que se veja como uma mulher branca.

Alguns anos após a epifania aqui relatada por Ana Beatriz, ela procurou meios acadêmicos para entender e investigar o racismo mais profundamente. Como diz: “tive um relacionamento com aquela pessoa e começou esse olhar. Daí, só depois, acho que 2 ou 3 anos, que eu fui fazer o mestrado”. Esse mestrado ela defende 16 anos após se formar em direito na graduação.

Dois anos depois disso, Ana Beatriz continua estudando e amplia sua pesquisa no doutorado, esta vez com o foco na branquidade. Na sua tese, usa a teoria da branquidade para analisar o contexto das demandas judiciais e julgamentos jurisprudenciais no que tange à discriminação racial.

Hoje em dia, no seu trabalho como advogada e psicanalista, algumas teóricas da branquidade, com as quais ela gosta de trabalhar, são as psicólogas estadunidenses. Como ela mesma aponta:

ANA BEATRIZ: Eu gosto de trabalhar muito com ambiente de workshop, com sensibilização. Porque, como eu te falei, o meu maior desafio é tentar fazer uma pessoa branca se transformar, não a partir do conceito racional, porque é impossível, né, impossível.

Eu estudei uns trabalhos de psicólogas americanas, que elas falam das etapas que o branco passa. Toda a questão dos mecanismos de defesa. Então, eu já, a questão da racional, nem passo por isso [fala não-inteligível].

⁴⁷ Texto original: Through work to bring materials and perspectives from Women's Studies into the rest of the curriculum, I have often noticed men's unwillingness to grant that they are over privileged in the curriculum, even though they may grant that women are disadvantaged. Denials that amount to taboos surround the subject of advantages that men gain from women's disadvantages (...) Thinking through unacknowledged male privilege as a phenomenon with a life of its own, I realized that since hierarchies in our society are interlocking, there was most likely a phenomenon of white privilege that was similarly denied and protected.

Eu passo uma sensibilização com atividades em que as pessoas possam se colocar no lugar do outro, ou a pessoa se perceber. Fazer uma brincadeira assim—isso tem muito na internet, também das americanas—uma brincadeira em que a pessoa tem que fazer escolhas, e percebe que ela discriminou na escolha.

Acredito que uma das psicólogas que Ana Beatriz está se referindo é Janet Helms. Helms (1990) no seu livro *Identidade racial negra e branca: teoria, pesquisa, e prática*⁴⁸ desenvolveu um estudo que mapeia a trajetória em que a pessoa branca embarca na construção de uma identidade branca crítica ao racismo. Ela o chama o “Modelo de Desenvolvimento Racial para a Identidade Branca”. O modelo inclui duas grandes etapas 1. “Abandono do Racismo” e 2. “Definindo uma Identidade Branca Não-Racista”, com estágios menores em cada etapa. A primeira etapa envolve um processo de desconstrução e a segunda envolve uma reconstrução de uma identidade não-racista.

Observando que a teoria da branquidade que foi útil para Ana Beatriz foi das “psicólogas americanas”, me pergunto “Porque Ana Beatriz se identificou com essa teoria?” Acredito que se encontra uma resposta ao considerar o contexto regional que Ana Beatriz está inserida: ela é da capital de São Paulo.

Como assinalei no capítulo 1, a identidade regional e as políticas raciais que formaram São Paulo se assemelham às dos Estados Unidos. Assim, faz sentido que Ana Beatriz identificou com a teoria da branquidade das “psicólogas americanas”⁴⁹, que definam o conceito como “identidade racial branca”: por São Paulo, como os Estados Unidos, projeta uma identidade explicitamente branca que se baseia na política da supremacia racial.

Ana Beatriz mesma observa algumas características no seu ambiente que se assemelham a uma realidade estadunidense, principalmente a questão da segregação de pessoas entre brancas e negras:

ANA BEATRIZ: Percebo [o meu privilégio] nos espaços que a gente frequenta. Porque em São Paulo — eu acho que no Rio de Janeiro ainda é um pouco mais misturado espacialmente falando — mas em São Paulo, é *bastante* segregado. Assim, você vai nos restaurantes no centro e você não vê pessoas negras comendo, tem pessoas negras trabalhando.

⁴⁸ Título original: *Black and White Racial Identity: Theory, Research, and Practice*.

Ana Beatriz faz uma comparação entre as cidades do Rio de Janeiro — que, na visão dela, é mais misturada — e São Paulo, para ilustrar o fato que a cidade é segregada racialmente entre brancos e negros, como nos Estados Unidos.

3.2.2 Estudos da branquitude na região do sul : a narrativa de Lorena

Lorena, que nasceu em Florianópolis, Santa Catarina e cresceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, também aponta a identidade regional *branca*, dessas cidades do Sul, na construção da sua própria identidade. Ela é professora de história e durante nossa entrevista, me ensinou bastante sobre a cultura e história da região do Sul.

LORENA: Nós somos de uma região de colonização italiana e alemã no último século. Mas que teve uma *ótima* presença de população negra, principalmente em regiões como que a gente chama aqui de “charqueadas”, onde eles produzem carne de gado, ou aquela carne bem salgada—charque. E a população negra que foi escravizada, vivia em condições precárias.

E essa população depois 1850, quando teve a proibição do tráfico negreiro, na vinda para América, ela foi levada para outras regiões do país. Então, apesar de, hoje em dia, a gente ter uma presença menor de negros na região, a gente tem um impacto dessa população dentro de nosso estado. E esse impacto é renegado, a cultura negra aqui no Rio Grande do Sul, ela é renegada. Porque quando fala da cultura, aqui, do Rio Grande do Sul, no Brasil, é colonização italiana e alemã. E a gente não fala das complexidades que existem em relação a isso.

Lorena aponta para o fato de que, apesar de ter uma presença de populações africanas no estado, essas populações são apagadas quando se pensa a identidade cultural da região Sul do Brasil como branca.

Nos meados do século XIX, houve um grande número de alemães e italianos que imigraram ao estado de Rio Grande do Sul, aponta Miriam de Oliveira Santos (2008)⁵⁰. Essa imigração teve duas funções estratégicas e geopolíticas: primeiro, era uma forma de colonização, para preencher a terra “vazia” (vazia entre aspas porque houve populações indígenas ainda presentes) do Sul. Segundo,

Foi planejada como um processo de substituição não só do trabalho escravo pelo trabalho livre, mas principalmente **como uma**

⁵⁰ Agradeço imensamente à Lorena por me passar leituras sobre a identidade regional de Rio Grande do Sul.

substituição do negro escravo pelo branco europeu em um processo de colonização baseado na pequena propriedade. Nesta perspectiva, a escravidão era vista como uma forma arcaica de produção que não se coadunava com a modernidade, enquanto a **colonização era vista como um processo civilizatório** (SANTOS, 2008, p.4, grifos meus).

Nesse sentido, houve “colonos” europeus brancos que foram incentivados a colonizar as terras vistas como selvagens no Sul do Brasil. Assim, remete à ideia dos colonos ingleses, que fizeram o mesmo no oeste dos Estados Unidos.

No início, os colonos mais valorizados eram os alemães porque receberam melhores terras. Porém, após a Segunda Guerra Mundial, a cultura e identidade italiana passa a ter um significado muito positivo “implicando na noção de superioridade” (SANTOS, 2008, p.7). Assim, ela é construída como um aspecto vinculado à identidade regional do Rio Grande do Sul. Nesse processo, o gaúcho – o termo usado para referir a uma cidadã do Rio Grande do Sul – começa a “ser visto, pelo menos dentro do estado do Rio Grande do Sul, como superior ao brasileiro em geral” (SANTOS, 2008, p.8). O estado do Rio Grande do Sul, então, constrói uma identidade regional que é branca, civilizada e superior.

Lorena, influenciada pela construção da identidade regional do Rio Grande do Sul, também reflete a respeito do impacto da identidade nacional do Brasil na formação da sua própria identidade racial.

LORENA: Desde os seis anos que eu moro em Porto Alegre. Mas Florianópolis [o lugar onde ela nasceu e viveu até os seis anos] foi muito importante para mim... assim, nessa construção de relações raciais, porque tem muitas pessoas brancas lá. E eu até escrevi na dissertação que eu tinha um colega negro chamado João Vitor. E eu era a loirinha e ele era o negro. E daí tudo que tinha de fazer de atividade escolar, eu tinha que fazer junto com ele. Os professores colocaram a loirinha e negro, muito nessa ideia de mestiçagem que a loira tem que ficar com o negro, né? Então, muitas das minhas ideias e concepções de relações raciais, foram construídas lá e foram solidificadas, aqui, no Rio Grande do Sul, com toda certeza.

Nesse trecho, podemos observar que a identidade nacional do Brasil – mestiça — está interligado à identidade regional do Rio Grande do Sul – branca – e as duas influenciaram na construção da identidade racial de Lorena.

Percebendo essas especificidades tanto do ponto de vista nacional quanto do regional, pode-se dizer que esse é um dos motivos que levou Lorena a estudar a branquidade.

LORENA: E eu vi quanto era relevante [trabalhar com a branquidade] porque, aqui, pelo menos, aqui, na região sul, há uma escassez de trabalhos que pegassem esses temas.

A gente sabe que a Edith Piza já trabalhava mais para São Paulo. A gente tem a Maria Aparecida Silva Bento que escreveu um livro sobre o tema. Mas, aqui, no Rio Grande do Sul, não tinha nada que trabalhasse, especificadamente, com a temática da branquidade.

Muitas referências que tratam a branquidade no Brasil se baseiam ou partem de uma perspectiva paulistana. Reconhecendo isso, Lorena traz a teoria para o contexto da sua realidade, na região sul, na sua dissertação.

Entre as sete pesquisadoras que entrevistei, cinco são do estado de São Paulo (três da capital e duas de cidades do interior), a Lorena é da região do Sul e a última, Camila, é da região centro-oeste, mas passava muito tempo numa cidade do sudeste.

Acho importante, aqui, destacar que não encontrei nenhuma pesquisadora das regiões nordeste ou norte do país que autodeclarava branca na sua dissertação ou tese, dentro da minha busca. Pode haver várias razões para isso, mas uma hipótese minha é que a identidade regional dessas regiões, como demonstrada acima, esteja muito mais ligada a uma identidade *mestiça* do que a uma identidade branca, e como boa parte da literatura do campo usa branquitude como “identidade racial branca”, vinculada a um contexto de identidade nacional branca e ideologias da supremacia branca, talvez esse tipo de teoria não é tão útil para pessoas dessas regiões em que a mestiçagem seja mais celebrada.

3.2.3 É possível ser branca no Brasil: a narrativa de Camila

Camila, 36, fez seu doutorado usando a teoria da branquitude e defendeu sua tese em 2014 em uma instituição pública do Sudeste. Para Camila, há uma diferenciação entre os termos “branquitude” e “branquidade”: a branquidade é o privilégio associado à brancura, enquanto a branquitude é a experiência de ser branco no mundo. Assim, o termo branquitude permite a possibilidade de uma reconstrução da identidade branca, para que uma pessoa branca possa ser crítico do seu privilégio.

No início de nossa entrevista, Camila autoneomeou-se uma “branca mestiça”. Curiosa para saber porque, perguntei:

LAURA: Você falou que é uma branca mestiça dentro desse contexto brasileiro. Antes de se identificar dessa forma, você se identificou de outra forma, racialmente? Você se declarou assim outra—

Antes de eu terminar a pergunta, Camila já se preparou para contar a narrativa toda da sua trajetória pessoal em identificar-se como “uma branca mestiça”:

CAMILA: Vou ter que te contar, então, como é que foi... acho que é o que você quer saber, esse processo.

LAURA: (risos) É.

CAMILA: Da construção da minha identidade, então, vou falar ele todo. Eu vim de uma família miscigenada. Então... a minha avô era uma mulher *negra*, uma mulher, indubitavelmente, negra. E o meu avô, era um homem branco.

Camila continua falando sobre sua mãe, seus tios e seus primos que ela identifica como brancos e negros. Ao final das contas, faz parte de uma família miscigenada. Aqui é interessante apontar que, para Patricia de Santana Pinho:

A família é o terreno mais íntimo e inescapável, onde a aparência física é interpretada e classificada. É também dentro da família que os valores de uma nação são constantemente reproduzidos (2009, p.39, tradução minha).⁵¹

Então, na família de Camila, é possível ver que a identidade da nação brasileira e os valores da mestiçagem estão refletidos nitidamente dentro da sua formação. Sua família representa a democracia racial que o Brasil aspira ser. (Me intrometendo rapidamente, eu *nunca* vi *nem* ouvi falar de uma família assim nos Estados Unidos.)

Camila continua:

CAMILA: E aí, na minha vivencia, eu achava muito estranho, eu não percebia nenhuma diferenciação como pequena...porque o afeto... Sou filha única, e eu tive muito contato, especificamente com esses três primos, os dos irmãos—um menino e uma menina—e um que também é filho único. Então, éramos quatro primos, *muito* próximos,

⁵¹ Texto original: “The family is the most intimate and inescapable realm where one’s physical appearance is interpreted and classified. It is also within the family that the values of a nation are constantly reproduced.”

muito amigos, que cresceram se gostando muito e eu não via diferenciação de tratamento entre nós.

De novo, outra característica da identidade nacional brasileira – o afeto – se destaca no depoimento da Camila. Lembrando Sovik (2005), “o afeto tem um papel importantíssimo no discurso indenitário brasileiro” (p.162). Assim, Camila, na sua narrativa, aponta ao fato que, na infância, ela era muito próxima a seus primos brancos e negros: “eram muito amigos, se gostavam muito”. O afeto estava presente.

Camila continua falando da sua família, sua entrada na faculdade e sua motivação de investigar as relações raciais a partir do livro de Eduard Telles, *Racismo à Brasileira*.

CAMILA: Nesse meio tempo, já tinha feito algumas articulações para fazer um mestrado na temática das relações raciais, e aí, eu acabei passando com a [orientadora]. E aí, entrei então pro campo, mas sem ainda me entender como branca porque eu não *entendia*, ainda, o contexto direito (risos).

Eu entendi que existia uma discriminação contra a população negra, que isso era inadmissível, mas eu não me via, ainda, nesse cenário, não me via, né?. E aí, entrei para o mestrado com a [orientadora].

Considerando que a Camila vem de um contexto familiar miscigenado, e que esse tipo de família é celebrada na perspectiva de identidade nacional do Brasil, faz sentido que Camila tenha tido muitas dúvidas sobre sua própria identidade racial. É importante lembrar que o discurso da mestiçagem torna invisível tanto a identidade racial de branca quanto a identidade racial de negra (SOVIK, 2009).

Assim, quando Camila vai para um grupo relacionado a pesquisas e ações na área de relações raciais, ela está confrontada com a seguinte pergunta dos membros do grupo:

CAMILA: “Bom, mas o que que você é?” E aí a minha resposta foi “olha, eu ainda não sei. Se identidade é construção, eu ainda estou construindo a minha identidade racial, então, preciso de um tempinho” (risos).

Ao ser enfrentada com a necessidade de identificar-se racialmente, Camila percebe que precisa refletir sobre sua própria identidade racial.

CAMILA: E aí, eu lembro que [minha orientadora] voltou e me convidou para dar aula com ela num curso de especialização em

formação de professores, e *nesse* curso ela passou um texto da Cida Bento que estava naquele livro *Psicologia Social do Racismo*. Eu li aquele texto e eu lembro *perfeitamente* da imagem de eu sentada ao lado dela e falando “[Professora], **então tem jeito de ser branco de outro jeito**” (risos).

Porque quando a gente vê as relações raciais, né, os estudos vão contrapor a população negra a um tipo só de branco, que aquele branco opressor, né, aquela identidade daquele branco que usufrui do privilégio, que está no lugar de poder, em contraposição à população negra. E sempre num lugar de opressor. E aquilo me incomodava, **eu não queria ser aquele branco opressor.**

Lembrando Petronilha Beatriz (2004), para pessoas brancas, “é difícil descobrir-se descendente dos escravizadores” (BRAZIL, 2004, p.4). Nesse sentido, é compreensível que Camila não queria ser associada à uma identidade branca –“não queria ser aquele branco opressor”.

Assim, a teoria da branquitude que Camila achou útil para a construção da sua identidade como branca é o capítulo “Branqueamento e Branquitude no Brasil” no livro *Psicologia Social do Racismo*, em que a autora Maria Aparecida Silva Bento fala “dos traços da identidade racial do branco brasileiro a partir das ideias sobre branqueamento” (2002, p.25). Inclusive, Camila inclui na introdução da sua tese, o seguinte trecho do capítulo:

Desconfortável com sua própria branquitude, ainda incapaz de ser verdadeiramente qualquer coisa, o indivíduo pode buscar uma nova maneira, mais confortável, de ser branco (BENTO, 2002, p. 44).

Camila está no caminho de entender que ela pode identificar-se como branca e ocupar essa identidade de uma forma não-opressora. Algo que antes de ler a teoria da branquitude, não via como possível.

CAMILA: E aí, tinha entendimento e tal da miscigenação, mas eu pensava, não posso falar que sou miscigenada, porque não sou parda...vou estar deslegitimando uma luta que eu acho, extremamente, legítima. Então, não sou parda, mas o que que eu sou?

Aqui, Camila está se referindo à luta do Movimento Negro a respeito de considerar a classificação de pessoas pretas e pardas como negras “nos censos demográficos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)” (GOMES, 2005, p. 39). Então, as reflexões que Camila faz sobre sua própria identidade, incluem esse conhecimento, pois se colocando como parda, estaria se dizendo negra, e

ela sabe que não é. Sendo assim, Camila não quer deslegitimar a luta do Movimento Negro em identificar-se dessa forma.

CAMILA: E aí, começou depois desse texto, comecei a prestar atenção ao meu redor, prestar atenção em como as pessoas me tratavam. Então, teve um episódio que alguém falou assim “**ah, mas no Brasil não tem branco**”, numa conversa cotidiana. Aí, um rapaz louro me deu um cutuco e falou, “então nós somos de onde?” E quando ele me disse isso, foi uma construção de identidade, minha imagem refletida nele. E ele retorna isso para mim. Então, ele estava me dizendo “**olha, você é branca, assim como eu**”. **E aí, nesses processos, eu fui me entendendo como branca.**

Para compreender essa fala da Camila, é útil ver como Liv Sovik (2009) pensou no título do seu livro *Aqui Ninguém é Branco*.

‘Aqui ninguém é branco’ foi a resposta que ouvi, em sala de aula na Bahia, quando perguntei, no contexto da discussão pública da afro-baianidade, ‘como é ser branco na Bahia?’ A resposta me dizia, implicitamente, ‘Só você, aqui, é branca.’ Difícil negar, pois minha brancura estrangeira já se comprovou gritante, era de parar taxista (SOVIK, 2009, p.38).

Camila escuta uma frase bem parecida com a que Sovik ouviu: “ah, mas no Brasil não tem branco”, o que destaca o pensamento recorrente no senso comum, de que o Brasil é um país de mestiços, e “os brancos verdadeiros” são dos Estados Unidos ou da Europa. Lembrando Patrícia de Santana Pinho existe uma “crença de que ser ‘branco demais’ desafia a brasilidade” (2009, p.46, tradução minha).⁵²

Na situação de Camila, o rapaz ao lado dela é um homem branco brasileiro que tem confiança na sua própria brasilidade, e assim, constrói uma rede de identificação com ela, agrupando os dois na categoria de “branco.” Dessa forma, o rapaz em questão, responde com ironia “então nós somos de onde?”, insistindo que existem brancos *brasileiros*. A mensagem que Camila implicitamente recebe é: “olha, você é branca, assim como eu”. Com essa fala do rapaz junto com a teoria da branquitude de Maria Aparecida Silva Bento, Camila percebe que: é possível ser branco no Brasil.

Continuando com a narrativa,

CAMILA: Isso vai combinar na tese depois (risos), porque a [orientadora] sempre fala para a gente que a tese é um acerto de contas com a gente mesma (risos eu e ela). As pesquisas, em geral,

⁵² Texto original: the belief that being ‘too white’ challenges one’s Brazilianness.

são. Mas a tese, como ela é demais (risos). Pois é, então, a tese é uma autoria maior nossa. Então, nós podemos nos colocar mais na tese. E foi isso o que aconteceu. A tese me fez refletir, ainda mais, sobre esse lugar do branco dentro das relações raciais, e aí, comecei a falar mais sobre isso, a me colocar mais desse jeito.

A pesquisa acadêmica, particularmente o doutorado, em que Camila afirmou ter “uma autoria maior”, forneceu todas essas reflexões - tanto teóricas quanto pessoais - que fizeram com que se entendesse enquanto mulher branca e investigasse o papel do branco nas relações raciais.

3.3 A teoria da branquitude e transformações acadêmicas

Nesta seção, procuro responder a seguinte pergunta: De que forma a teoria da branquitude serviu de influência para as pesquisas das entrevistadas brancas?

3.3.1 “Tem uma lacuna”: a narrativa de Giovanna

Giovanna, 31, sempre sabia que era branca. “Olha, me perceber branca, acho que foi desde criança viu? Acho que desde criança.”

Ao longo da sua trajetória acadêmica, ela se formou pedagoga, depois fez uma especialização em Educação para as Relações Raciais, e terminou seu mestrado em que trata do tema da branquitude, em 2015. Giovanna entende a branquitude como uma forma privilegiada de ver o mundo, uma forma de consciência. Ela considera que Maria Aparecida Silva Bento e a Lia Schucman são as maiores referências sobre o tema, e como tal, escolheu usar o termo “branquitude” na sua escrita, igual a elas.

A dissertação de Giovanna investigou professores brancos envolvidos em educação étnico-racial. Hoje em dia, ela atua como coordenadora pedagógica em um curso superior/técnico e está completando seu doutorado em educação, ainda explorando o tema da branquitude.

Ao longo da entrevista, eu observei a dedicação de Giovanna em pensar a educação étnico-racial e na formação de professores, principalmente na instituição onde ela trabalha.

O que mais me marcou na conversa com Giovanna é como ela vê a teoria da branquitude como uma forma de preencher uma lacuna nos estudos sobre o racismo no que tange a pessoa branca.

Para contextualizar a fala de Giovanna, é importante traçar os estudos das relações raciais na academia brasileira. Um olhar comum dentro desses estudos, identificado por Alberto Guerreiro Ramos (1995) é a de uma abordagem do “problema do negro”. Isto é, uma visão das relações raciais a partir de um ponto de vista de autores que tratam as pessoas negras como seres inferiores, e/ou exóticas, e/ou objetos de estudo. Guerreiro Ramos (1995) e Maria Aparecida Silva Bento (2002) argumentam que é possível observar esta construção de poder, a respeito dos estudos das relações raciais, através dos escritos de autores como Nina Rodrigues, Sylvio Romero, bem como outros cientistas do século XIX, seguidos por Gilberto Freyre, além de teorias mais recém publicadas, por exemplo, por Florestan Fernandes, L.A. Costa Pinto e Roger Bastide, no Projeto UNESCO nos anos 1950. Como Ramos aponta:

Nina Rodrigues, Oscar Freire e Arthur Ramos e esses Congressos [que colocam o negro como tema de estudo] ilustram com nitidez o que no domínio das ciências sociais e da crônica histórica, se chamou, entre nós, de ‘o problema do negro’. Para o propósito que me inspira, neste estudo, não distingo aqueles escritores de outros como Debret, Maria Graham, Rugendas, Koster, Kidder, Manoel Querino, Roger Bastide, Gilberto Freyre e seus imitadores. Há certamente, entre eles, diferenças de método, de técnica científica. Todos, porém, vêem o negro do mesmo ângulo. **Todos o vêem como algo estranho, exótico, problemático, como não-Brasil**, ainda que alguns protestem o contrário. Ainda entre esses estudiosos, incluo os mais recentes: Donald Pierson, Charles Wagley, Florestan Fernandes e Thales Azevedo (1995, p.147-148, grifo meu).

Apesar de estar escrevendo em momentos históricos diferentes, todos esses estudiosos partem de uma perspectiva da pessoa negra como objeto de pesquisa, como um problema para a sociedade brasileira.

Dos anos cinquenta para frente, essa visão da pessoa negra nas relações raciais tem sido problematizada e dissecada de diversas formas, principalmente pelo Movimento Negro e intelectuais negras e negros. Em um viés, elas(eles) têm partido do entendimento da pessoa negra como sujeito e buscam entender o racismo como um eixo estrutural e estruturante da sociedade brasileira. Este esforço se destaca, por exemplo, nos trabalhos de Nilma Lino Gomes (2005), Kabengele Munanga (2009), Clovis Moura (1988), Lélia Gonzales (1984) entre muitas outras e outros.

Outro caminho que tem sido feito para transformar a relação problemática de pesquisador-branco / objeto-negro é o de investigar o poder branco na sociedade. Nesse sentido, Giovanna aponta aos seus motivos por estudar a branquitude.

LAURA: O que motivou você a estudar a branquitude?

GIOVANNA: Então, na verdade, eu comecei a pensar como a gente poderia lutar contra o racismo na escola, como a gente poderia desconstruir o racismo. Só que daí, depois do passar do tempo, comecei a perceber que tinha mais coisas nessa história, tinha algumas lacunas aí, que, por exemplo, tinha algo não-dito nessa história, tinha algo não-contado. E que isso, para mim, seria o lugar que deveria ser explorado. Parece que tem uma lacuna né, parece que só tem um lado.

Daí, comecei a estudar. Eu fiz uma disciplina com minha orientadora lá na [universidade pública localizada no sudeste]. Na ocasião, ela chamou a Lia Schucman de Florianópolis para dar uma aula com nós de branquitude. E quando ela deu essa aula, eu pensei, olha, é *isso*, né. O lugar que o branco ocupa nessa estrutura.

Para Giovanna, os estudos da branquitude podem ser entendidos como uma proposta que preenche a lacuna encontrada nos estudos das relações raciais na academia. Maria Aparecida Silva Bento também afirma que:

a falta de reflexão sobre o papel do branco nas desigualdades raciais é uma forma de reiterar persistentemente que as desigualdades raciais no Brasil constituem um problema exclusivamente do negro, pois só ele é estudado, dissecado, problematizado (2002, p. 26).

Enfatizar que, nas relações raciais, há uma *relação*, ou seja, há dois ou mais partidos envolvidos, os negros (e outros grupos não-brancos, asiáticos e indígenas) e os brancos, incontestavelmente mostra que o racismo não é somente um problema das pessoas negras e que elas não são o único objeto válido de estudo.

Por um tempo, Giovanna sentia que algo faltava no que diz respeito aos estudos das relações raciais. Quando ela ouviu a palestra de Lia Schucman⁵³ sobre branquitude, ela encontra não só um caminho teórico útil para sua própria pesquisa, mas também uma maneira de preencher a lacuna que ela sentia falta.

3.3.2 Ir além do racismo como um “problema do negro”: a narrativa de Elisa

⁵³ Lia Schucman publicou um livro em 2014 chamado “Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana”.

Tanto para a academia como nas práticas do senso comum, o racismo, se reconhecido, é considerado um problema da população *negra*. Através do estudo de Valeria Ribeiro Corassacz, “Entre Cor e Classe: Definições de branquitude entre homens brancos no Rio de Janeiro” (2014), é possível perceber como o racismo é pensado como um prejuízo para os negros e não como um benefício para os brancos. Um dos seus entrevistados (um homem branco) diz, “eu não acho que ser branco seja uma vantagem, mas acho que ser negro é uma grande desvantagem” (CORASSACZ, 2014, p.216). A autora faz uma análise da fala e afirma que:

esse mecanismo em que o branco, por assim dizer, sai de cena para deixar o papel central da ação para o negro é muito comum e comporta a falta de consciência ou a consciência parcial das consequências da própria condição de branco, que se exprime através da incapacidade de descrever o que implica ser classificado como branco (Ibidem).

No discurso de brancos na pesquisa de Corassacz, a pessoa branca é entendida como “normal”, então não há porque pensar sua posição na sociedade como privilegiada, pois ela simplesmente “é”. Como tal, os entrevistados têm dificuldades em se enxergarem como parte de um grupo que recebe vantagens na sociedade por causa da sua raça.

Da mesma forma, nos estudos brasileiros das relações raciais, o racismo também é comumente concebido como um problema exclusivo de pessoas negras, e o papel do branco não entra em questão. Um exemplo pertinente, que a Maria Aparecida Silva Bento traz para reflexão é o trabalho do sociólogo Florestan Fernandes: *A integração do negro na sociedade de classes* (1978). Apenas pelo título vemos como Fernandes reforça a lógica de que são os *negros* que precisam se adaptar à sociedade normal, ou seja a sociedade dos brancos. Além disso, Fernandes “praticamente deixou de fora o branco como branco” (BENTO, 2002, p.49). Ou seja, ele explica os efeitos negativos da escravidão para a pessoa negra, mas não os benefícios dela para a pessoa branca (Ibidem).

No dia 1 de setembro de 2017, fui ao Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro—Campus Nova Iguaçu para participar no minicurso promovido pelo PET Baixada—um grupo que “busca a articulação entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, com o propósito de contribuir na formação acadêmica e cidadã dos estudantes de origem popular e de baixa renda da Baixada Fluminense matriculados no

IM/UFRRJ” (PETBAIXADA). O minicurso intitulado “Branquitude e decolonialidade: recentrando as discussões sobre racismo no Brasil”, foi dada pela Professora Doutora Thula Rafaela de Oliveira Pires.

O que me marcou na fala da professora foi sua menção à utilidade do conceito “branquitude” para fazer um recorte de raça onde antes não parecia ter, porque não tinham pessoas negras, indígenas, ou asiáticas presentes na situação. Se a minha memória não me falha, a professora citou o exemplo do Lavo Jato em que a lavagem de dinheiro foi feito por pessoas *brancas*. Sendo assim, a teoria da branquitude possibilita uma análise da circunstância, usando o recorte de raça, e entendendo o racismo para *além* de um “problema do negro”.

Vejo uma articulação semelhante na narrativa de Elisa, 27, quem defendeu sua dissertação de mestrado sobre branquitude em 2016. Elisa, de acordo com sua dissertação, escolheu usar a palavra “branquitude” por reconhecer que é o termo mais usado entre pesquisadoras(es) que fazem estudos sobre a raça branca no contexto brasileiro.

A narrativa dela começa após minha pergunta: “Você consegue dizer quando e por qual processo você se percebeu branca?”

Elisa responde:

ELISA: Não, é muito difícil. Eu, depois que eu, no finalzinho da minha pesquisa...quando eu estava assim para já defender quase minha pesquisa que eu fui perceber profundamente o que *foi* a minha pesquisa na verdade...e o que ela impactou em mim para eu entender a questão da branquitude, que até então não, não compreendia. Eu só fui compreender mesmo depois que eu comecei a ler muitas coisas sobre a branquitude. Porque eu lia muita coisa sobre educação étnico-racial, sobre as relações raciais, muita coisa sobre identidade *negra*. Tudo voltada para a identidade negra—as questões racistas, as questões de raça. Mas, aí depois que eu comecei a ler muito sobre branquitude e branquidade, eu mudei muita a minha visão, para compreender como que a minha identidade mesmo, ela contribui para os processos de racialização e racismo, e a produção de racismo.

Nesse depoimento, observo que, diferentemente que Ana Beatriz, por exemplo, que apontou a uma situação específica com seu namorado que provoca uma reflexão sobre sua identidade como branca, Elisa explica que foi um processo junto com os estudos de mestrado que resultou na percepção. Assim, é possível ver como, através de

estudos e leitura sobre a teoria da branquitude, a mudança de Elisa sobre sua própria identidade está ligada diretamente às mudanças teóricas de sua pesquisa. Ela continua:

ELISA: E num texto muito específico que é o da Bento e Carone sobre psicologia racial negra, você deve conhecer. Tô até aqui com a minha dissertação porque tinha muito tempo que eu não pegava minha dissertação. Chama-se “Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira”. Esse texto para mim foi fundamental assim, foi pra... foi um choque assim quando eu li. Comecei a prestar atenção nesse processo *histórico* e os efeitos psicológicos mesmo da branquitude.

O texto que Elisa cita foi escrito por Iray Carone e faz parte da coletânea de artigos organizados por Iray Carone e Maria Aparecida Silva Bento chamada “Psicologia Social do Racismo: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil” (2002). Esse texto, junto com outros sobre a teoria da branquitude fizeram com que Elisa pensasse no processo histórico do seu país, especificamente refletindo sobre a questão racial, e o papel da branquitude.

Continuando:

ELISA: Até mesmo os objetivos, eu mudei várias vezes assim. Porque teoria é uma coisa...aí, ia para a entrevista, conversava com as mulheres, e vi que era outra. Então, foi um processo árduo assim, bem lento. E até hoje ainda acho que tô descobrindo algumas coisas, sabe?

[...]

No início [o objetivo da pesquisa] era mais para ver a questão de gênero. *Acabou* virando uma pesquisa sobre branquitude (risos). Assim, não era nem para ser tão foco assim na raça, mas acabou sendo pelo resultado do corpus. Então mudou muito assim.

Aqui é fundamental apontar que a teoria da branquitude possibilitou que Elisa repensasse seus objetivos de pesquisa, de ver seu corpus de pesquisa através de outra perspectiva, e de fazer uma análise com um recorte de raça, sendo que antes, ela via apenas questões de gênero.

3.3.3 “Sentei no banco da branquitude” : um lugar de conforto e legitimidade em trabalhar com o tema das relações raciais

Ao perguntar como foi realizar uma pesquisa sobre branquitude na universidade

de Ana Beatriz, ela respondeu:

ANA BEATRIZ: Então quando eu fiz o mestrado, eu ainda não estava usando essa expressão “branquidade”, a pesar de eu já ter pesquisado. Comecei a minha linha de pesquisa exatamente a partir das teóricas da branquidade, as brasileiras. Mas, eu não utilizava esse nome, colocava “racismo”—falando do negro, para mim, no meu ponto de vista naquela época. Não conhecia essa teoria né. Daí sim, para mim foi muito desconfortável porque perante os negros, não era uma coisa aceita por eu ser branca. Então, eu tinha toda a questão de “de que você está falando?” e tal, “não sabe”. Então teve todo um caminho meu de me colocar, de ter que mostrar sempre o que eu estava fazendo.

No seu livro “O que é lugar de fala?”, Djamila Ribeiro (2017) aborda reflexões a respeito do feminismo negro, e enfatiza a importância de falar e escrever a partir da sua própria experiência e perspectiva. Ela aponta que “o lugar social não determina uma consciência discursiva sobre esse lugar. Porém o lugar que ocupamos socialmente nos faz ter experiências distintas e outras perspectivas” (RIBEIRO, 2017, p.69). Nesse sentido, quando Ana Beatriz pesquisava racismo – “falando do negro” – ela recebeu resistência de pessoas negras, que questionaram sua legitimidade de falar a partir desse lugar, por ela ser uma mulher branca que nunca vivenciou o racismo. Então, ela teve um trabalho grande de mostrar o seu trabalho e se colocar.

ANA BEATRIZ: Daí quando eu sentei, eu falo que sentei no banco da branquidade, (Laura risos), quando apareceu, eu senti muito mais confortável, assim. Não tem muito o que questionar da legitimidade do meu estudo a pesar de ser exatamente o mesmo, né? Mas agora, tem essa possibilidade.

Para Ana Beatriz, então, poder dizer que investigar a branquidade lhe deu um conforto e legitimidade para abordar as discussões do racismo, a pesar de ser, na mente dela, “o mesmo” trabalho.

Na mesma linha, Lorena explica que:

LORENA: Então escrever sobre o tema [da branquidade] me deu um arcabouço teórico, e licença para colocar em práticas dentro da sala de aula; para trabalhar com a temática; para me sentir segura em falar sobre a branquidade; para não ficar com vergonha de trabalhar com a temática; para conseguir escutar aos meus alunos, e o que eles tinham o que dizer sobre o tema.

Nesse sentido, Lorena aponta que sua pesquisa sobre a branquitude, e o conhecimento que ela adquiriu sobre o tema, lhe deram confiança e legitimidade para trabalhar com essa temática como professora na sala de aula.

3.4 Como a teoria das pesquisadoras impactou a sociedade brasileira

3.4.1 “Dei nome para aquilo que me incomodava”: a narrativa de Marcela

Marcela, 38, defendeu sua tese de doutorado em 2012. Ela não vê uma diferença entre os termos “branquitude” e “branquidade” usados no cotidiano, mas reconhece que existe um debate acadêmico que faz uma diferenciação dos termos. Ela escolheu usar “branquitude” por ser do campo da psicologia e reconhecer a Maria Aparecida Silva Bento como a primeira a usar o conceito nessa área.

O que mais me marcou na minha conversa com Marcela é o quanto a teoria dela foi útil para muita gente no Brasil. Quando lhe perguntei: “E qual impacto você espera que sua pesquisa tem, dentro da academia e fora da academia?”, ela respondeu:

MARCELA: Olha, tem o que esperava, ela já tem quase 8 anos né, a minha pesquisa, tem 8 anos. Tem o que *esperava* quando entreguei, e tem o que eu vejo hoje em dia né, então... Eu vou falar quando eu entreguei a tese, eu achava que ela era uma tese acadêmica, tal como, sei lá, o meu mestrado, ou tal como outras coisas que ficasse na biblioteca, uma vez por mês alguém abrisse para ler.

Mas não foi o que aconteceu. Por exemplo, a minha... o outro dia eu peguei o Google Scholar, já tem mais de 100 citações em ativos que já foram publicadas, da minha tese. E todo dia recibo sei lá, um e-mail, todo dia. “Eu li sua tese, foi muito importante para mim.”

[...]

Eu recebo muito feedback, então acho que hoje já não dá mais para pensar o que eu espero, mas o que tem sido né. Nem tô esperando nada, mas é o resultado que eu vejo assim. Eu realmente fico muito surpresa, porque eu estava acostumada mesma dessa coisa de tese e dissertação ficar muito restrito no meio intelectual. E eu conheço muita gente que leu minha tese que nem é intelectual. Acho assim, fiquei muito feliz.

Podemos observar que a teorização que a Marcela traz para o conceito da branquitude tem sido muito útil para as pessoas tanto pessoalmente –“Eu li sua tese, foi

muito importante para mim”—quanto academicamente, pois no Google Scholar “já tem mais de 100 citações em ativos que já foram publicadas, a minha tese.”

Marcela continua:

MARCELA: E muita gente—brancos e negros—em lugares diferentes, o que foi muito bom, as pessoas falaram “foi muito bom ler [fala não-inteligível], nomeei, dei nome para aquilo que me incomodava.”

Aqui, percebo que a teoria da branquitude de Marcela deu um nome para algo que incomodava muita gente. Nesse sentido, bell hooks no seu livro *Ensinando a Transgredir* fala como a teoria pode ser uma prática libertadora. A autora explica:

Cheguei à teoria porque estava machucada—a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender – aprender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura (hooks, 2013, p.83).

Para muita gente—tanto branca quanto negra—a teoria da branquitude de Marcela serviu como um local de cura onde elas podiam entender o que acontecia ao seu redor e dar nome a aquilo que a perturbava.

Marcela continua:

MARCELA: Então, não é mais o que eu espero [...] e não é porque, pela autora né, é pelo tema obviamente. Que é um tema que é muito contundente na sociedade brasileira, e que é gritante né?. É própria da própria branquitude, não ter nomeado isto de tal forma que deve ser nomeado há muito tempo. O Guerreiro Ramos começa, Cida Bento começa, mas eu acho que também a minha tese não é... ela é de um tempo em que estava se podendo falar mais do assunto, pela discussão das cotas.

Aqui, Marcela faz referencia aos teóricos que iniciaram a discussão da branquitude no Brasil: Alberto Guerreiro Ramos (1995) e Maria Aparecida Silva Bento (2002), e faz uma hipótese sobre porque o trabalho deles não teve a mesma repercussão que o dela: tem tudo haver com a discussão das cotas raciais.

MARCELA: As cotas começam a nomear um conflito, então, eu comecei a fazer a tese antes. Mas quando ela é lançada, ela está em plena discussão de cotas—da implementação. Eu lembro que eu fazia doutorado quando foi votada na STF se era aprovado ou não. [...] Então, eu acho que esturrou muito pelo período em que se dava essa discussão no Brasil.

Marcela conta como sua dissertação foi lançada em uma época quando os debates sobre as cotas raciais estavam efervescentes. De acordo com Pinho “em momentos de conflito, os pólos opostos—*negro* e *branco* – surgem e são reconhecidos” (2009, p.45).⁵⁴ Assim, na percepção de Marcela, sua teoria da branquitude proporcionou uma forma de entender os conflitos raciais que estavam surgindo nas discussões sobre as cotas.

Hoje em dia, com a implementação de ações afirmativas raciais em mais e mais instituições no Brasil, pode ser interessante observar como a teoria da branquitude seja útil, ou não, para pessoas brancas confrontadas com a necessidade de refletir a respeito da sua identidade racial e seu privilégio na sociedade brasileira.

⁵⁴ Texto original: in moments of conflict the extreme opposite poles *black* and *white* emerge and are recognized.

Considerações Finais

Este trabalho teve como objetivo principal entender as formas em que pesquisadoras brancas que estudam a branquitude, pensam sobre suas identidades raciais e seus privilégios na sociedade brasileira. Para cumprir esse objetivo, estabeleci critérios para encontrar e depois, entrevistar, pesquisadoras brasileiras que: realizaram suas pesquisas de mestrado ou doutorado com um arcabouço teórica da branquitude, autodeclararam brancas(os), e falaram das suas trajetórias pessoais na dissertação ou tese.

Ao delimitar esses critérios, encontrei apenas pesquisadoras *mulheres*. Antes de entrevistá-las, tinha a hipótese de que o fato delas serem todas mulheres, lhes causou a refletir sobre o racismo e a branquitude, por conta da sua opressão sofrida pelo machismo. Porém, de acordo com as falas das entrevistadas, encontrei que não necessariamente perceberem sua identidade racial de branca *porque* são mulheres ou *porque* são feministas. Apenas uma disse explicitamente que pensou o racismo e o machismo em paralelo, no processo de examinar sua própria identidade racial. Outra, por exemplo, falou que nunca tinha pensado a respeito dessa conexão de opressão entre mulheres e pessoas negras como motivo a refletir sobre ser branca.

Assim, percebi nas narrativas das pesquisadoras e nas suas dissertações e teses, que foram as teorias que elas usaram na escrita que provocaram reflexões ao respeito da identidade racial delas. Pois, as teorias (a teoria feminista, pós-colonial, psicologia social crítica, e da branquitude) proporcionam a necessidade de produzir ciência e conhecimento a partir de uma perspectiva subjetiva, e, por sua vez, a posição delas como pessoa branca nas relações raciais.

Especificamente a teoria da branquitude teve um grande impacto na vida acadêmica e pessoal das pesquisadoras. No âmbito acadêmico, ao longo do processo de estudo, a teoria da branquitude se manifestou para as pesquisadoras como: uma guia, para encontrar e preencher lacunas nos estudos de raça e racismo; um furacão, para virar a pesquisa acadêmica de cima para baixo, possibilitando uma clareza no olhar, do racismo como um problema para as pessoas negras e as pessoas brancas; e, um banco, como Ana Beatriz aponta, para sentar, se equilibrar, e sentir confortável nas discussões das relações raciais.

No âmbito pessoal, a teoria da branquitude levou algumas das pesquisadoras a refletirem sobre suas identidades raciais enquanto mulheres brancas e a posição de privilégio que elas ocupam na sociedade brasileira – igual que ela fez comigo nos Estados Unidos.

No caso da Giovanna, ela sempre teve que pensar a respeito de ser branca, porque na infância foi chamada de “branquela” e “leite azedo” – expressões pejorativas – pelos seus amigos. Ela não cresceu em um ambiente onde ser branco era sempre associado a um valor positivo, porém, mesmo assim, ela percebeu, desde pequena, um tratamento diferente, negativo, entre seus amigos negros e ela. Ela conta: “Assim, como eu sempre tive convivência com pessoas negras, eu sempre presenciei o racismo.” No entanto, foi só após dos estudos que ela conseguiu entender a forma que o racismo estrutura a sociedade. “Agora, que eu me dei conta *mesmo*, a estrutura do racismo funcionando, foi quando fui estudar sobre a temática”.

Na vida de Ana Beatriz, sua auto-percepção como branca veio junto com o namoro de um homem negro ativista. Com ela aponta,

Para mim foi, assim, foi um processo de relacionamento. Por isso que quando eu faço os meus trabalhos acadêmicos ou penso numa proposta de transformação, eu acho muito difícil, porque a minha experiência teve afeto junto.

Nesse depoimento, Ana Beatriz destaca o papel do afeto em aprender sobre o racismo e sua identidade racial. Acho interessante contar aqui que levei esse trecho de áudio da Ana Beatriz para uma disciplina do meu mestrado em Relações Étnico-Raciais chamada “Narrativas Oraís e Entrevista na Pesquisa Qualitativa”, em que aprendemos como transcrever e analisar narrativas. A disciplina, assim como o programa de mestrado, era composta de alunas(os) majoritariamente negras(os). Após escutar o trecho, uma colega minha, uma mulher negra, respondeu com um tom de ironia “aí, que lindo ela poder aprender sobre o racismo com o afeto”.

Refletindo sobre a resposta da minha colega, reconheço que a maneira em que as pessoas negras geralmente aprendam sobre sua própria identidade racial é através de vivências do racismo. Nesse sentido Kabengele Munanga explica que:

Poder-se-ia reter como traço fundamenta próprio a todos os negros (pouco importa a classes social) a situação de excluídos em que se encontram em nível nacional. Isto é, a identidade do mundo negro se

inscreve no real sob a forma de ‘exclusão’. Ser negro é ser excluído (2012, p.15-16).

Assim, é possível observar que muitas vezes a “descoberta” de ser branca é, mais uma vez, um privilégio em comparação à “descoberta” de ser negra, que está atrelada à rejeição, à discriminação, e à exclusão.

Através da trajetória identitária de Camila, também é possível reconhecer o impacto que a teoria da branquitude causou no seu processo de se perceber branca. Nesse sentido, a teoria da branquitude empurrou ela a enfrentar, de cara, o discurso predominante do Brasil: a mestiçagem. Pressionou ela a encarar a ideia de que “Somos brasileiros, somos todos mestiços!” e afirmar: “Não, eu sou branca e sou brasileira.”

Assim, vejo que sua percepção como pessoa branca não foi uma conscientização psicológica, como imaginava originalmente, mas uma conscientização epistemológica, política e discursiva.

Em relação à essa ideia, Stuart Hall aponta que:

A natureza multifacetada da consciência não é um fenômeno individual, mas coletivo, uma consequência do relacionamento entre “o eu” e os discursos ideológicos que compõem o terreno cultural da sociedade (2006, p.305)

Continuando, ao refletir sobre a natureza das ideias, Hall diz:

Elas não ‘nasceram espontaneamente’ em cada cérebro individual. Seu caráter não é psicológico nem moralista, mas ‘estrutural e epistemológico’. Elas se sustentam e se transformam em sua materialidade dentro das instituições da sociedade civil e do Estado (Ibid., p.307).

Por isso, se eu tivesse que escolher uma definição, hoje, para explicar a branquitude, usaria a de Liv Sovik (2017): “os discursos que sustentam hierarquias racistas” (p.147) considerando que, no Brasil, o discurso predominante da mestiçagem sustenta a hierarquia racista deste país.

No entanto, a mestiçagem não é o único discurso que permeia o senso comum do Brasil. Como encontrei nas narrativas de Lorena e Ana Beatriz, os discursos racistas, tanto na cidade de São Paulo quanto na região do Sul, celebram uma identidade branca superior. Assim, chama atenção que a maioria das entrevistadas vieram de São Paulo ou do Sul. E as(os) pesquisadoras(es) brancas(os) do Nordeste e do Norte? Porque não encontrei ninguém que estuda branquitude e se autodeclara branca(o) na suas escritas,

vindo dessas regiões? É, como Lorena aponta, porque muito da teoria produzida sobre branquitude vem de São Paulo?

Aqui, acho importante levar a sério, a análise que Barbara Weinstein (2003) traz sobre a noção de superioridade paulista. Ela aponta que nos anos 1920, a concepção da superioridade paulista “era, em certo sentido, o oposto de separatismo - **confundia a nação brasileira como um todo, com São Paulo**” (WEINSTEIN, 2008, p.243, tradução minha, grifo meu).⁵⁵ Sabendo disso, é fundamental que não cometemos o mesmo erro hoje em dia. Nesse sentido, é necessário reconhecer que a teoria da branquitude produzida em São Paulo não representa, e não necessariamente aborda, o contexto racial do Brasil como um todo.

Considerando que o discurso predominante no Brasil que sustenta hierarquias racistas é o da mestiçagem, se faz necessário olhar para teorias que trabalham e dissecam esse discurso. Como a identidade regional do nordeste se assemelha à identidade nacional do Brasil – celebra a mestiçagem – vale a pena observar como pesquisadoras e pesquisadores que pensam a partir de um contexto nordestino, estão abordando o tema das relações raciais e a branquitude nesse lugar.

Além do mais, acredito que Patricia Pinho (2009) aponta uma crítica importante a respeito do estudo da branquitude brasileira, em que a maioria da sua análise tem sido realizada no campo da psicologia. A autora nota que

Embora seja importante analisar como a branquitude afeta o indivíduo e seus processos mentais, também precisamos entender a construção social e cultural da branquitude, e para isso é necessário recorrer a outras disciplinas (PINHO, 2009, p.53, tradução minha).⁵⁶

Nesse sentido, gostaria de examinar a fala de uma das entrevistadas que explica a branquitude como “um modo de ser no mundo”. Essa fala expressa uma percepção comum, acredito, sobre o que a branquitude significa. Conta com o entendimento da branquitude como algo mais individual, inerentemente presente no psíquico de um ser humano, e não como algo construído, “no coletivo, uma consequência do relacionamento entre ‘o eu’ e os discursos ideológicos que compõem o terreno cultural

⁵⁵ Texto original: “was, in a sense, the very opposite of separatism—it conflated the Brazilian nation as a whole with São Paulo.”

⁵⁶ Texto original: “While it is important to analyze how whiteness affects the individual and her or his mental processes, we also need to understand the social and cultural construction of whiteness, and for this it is necessary to resort to other disciplines.”

da sociedade” (HALL, 2006, p.305). Se isso for o caso, para livrarmos da branquitude, precisaríamos, apenas, que todas as pessoas brancas passassem por um processo psicológico de conscientização.

Porém, isso apresenta algumas dificuldades, primeiramente, o fato de que tem que *escolher* passar por esse processo de conscientização, e existem muitas pessoas brancas que sabem que são brancas, sabem que têm privilégios na sociedade por consequência disso, e se acham *merecedoras* desses privilégios. Segundo, os discursos na sociedade brasileira que reforçam o racismo ainda permaneceriam nas instituições e nas mentes das pessoas negras, e outras não-brancas, pois elas não são isentas das artimanhas desses discursos.

Para chegar ao fim, gostaria de refletir um pouco em relação ao estudo da branquitude na academia. Quais são alguns riscos de investigar e nomear um campo de estudo sobre a branquitude, e o que temos a ganhar com esta investigação?

Primeiramente, com o estudo da branquitude, vejo que existe o perigo de protagonizar os mesmos indivíduos que sempre estão no protagonismo na sociedade - os brancos. Como afirma Dyer “escrever sobre a branquitude dá a pessoa branca o aval de escrever e discutir o que nós sempre discutimos: nós mesmos” (2017, p.10, tradução minha)⁵⁷. A história dominante ocidental foi escrita por brancos sobre brancos—sobre sua inteligência, sua beleza, seu humor e afins. Apesar de o campo de estudo tentar ser *crítico* em relação a essa narrativa, e racializá-la, vale a reflexão do quanto arriscamos perpetuar o protagonismo branco nesse esforço.

Também existe uma propensão para que continuemos exercendo o papel de protagonismo como pesquisadoras(es) da branquitude. David Roediger (2001), homem branco, estudioso do tema nos EUA, conta que foi entrevistado por uma jornalista, certa vez, para uma reportagem sobre “os estudos da branquitude”. No início, a jornalista mencionou as(os) outras(os) pesquisadoras(es) que já havia entrevistado e, então, Roediger reparou que todas(os) eram brancas(os). Após confrontar a jornalista sobre o fato, ela mudou seu discurso e o foco da reportagem para enfatizar como era uma novidade ter estudiosas(os) brancas(os) pesquisando a branquitude, justificando, assim, a escolha de suas(seus) entrevistadas(os). Apesar da reportagem final da jornalista representar uma caricatura dos estudos da branquitude, um fato importante foi

⁵⁷ Texto original: “Writing about whiteness gives white people the go-ahead to write and talk about what in any case we have always talked about: ourselves”.

percebido: o crescimento, bem como a atenção dada a essas pesquisas, têm muito a ver com os privilégios que os estudiosas(os) brancas(os) desfrutam (ROEDIGER, 2001).⁵⁸

No seu artigo “White Privilege, Unpacking the Invisible Knapsack”, a feminista branca dos EUA, Peggy McIntosh, reconhece isso também. Dentro de sua lista de privilégios que uma pessoa possuía por ser branca, aparece a seguinte afirmação: “Se eu quiser, tenho a certeza que eu consigo encontrar uma editora para publicar este artigo sobre privilégio branco” (MCINTOSH, 1989, p.2).⁵⁹ Como o racismo e a branquitude infiltram todos aspectos da sociedade, faz sentido que a branquitude persista mesmo dentro de um campo que pense a problematização dos seus estudos.

Entretanto, há uma importância do estudo da branquitude na academia, principalmente, ao meu ver, porque a academia estimula e insiste na teorização, fornecendo ferramentas para dissecar a branquitude. De acordo com Richard Dyer,

Talvez estejamos a caminho de um genuíno hibridismo, multiplicidade sem hegemonia (branca), e pode ser onde queremos chegar - mas ainda não estamos lá, e não chegaremos lá até vermos a branquitude, ver seu poder, sua particularidade e suas limitações, coloca-la em seu lugar e acaba com seu domínio. É por isso que estudar a branquitude é importante (2017, p.3-4, tradução minha).⁶⁰

Ao final das contas, estudar a branquitude é importante para *vê-la*, e elaborar estratégias antirracistas para subverter suas táticas espertas de conseguir e manter poder e controle hegemônico (WARE, 2004). Assim, a presente pesquisa espera ter contribuído à teorização dos discursos que sustentam o racismo – a branquitude – no Brasil, a fim de desvendar, e como tal, subverter seu poder hegemônico.

⁵⁸ Dado este contexto, ao longo do seu artigo “Critical Studies of Whiteness, USA: Origins and Arguments”, Roediger faz questão de fazer um levantamento profundo da literatura escrita sobre branquitude por pessoas negras, latinas, indígenas, e asiáticas.

⁵⁹ Texto original: “If I want to, I can be pretty sure of finding a publisher for this piece on white privilege”.

⁶⁰ Texto original: We may be on our way to genuine hybridity, multiplicity without (white) hegemony, and it may be where we want to get to – but we aren’t there yet, and we won’t get there until we see whiteness, see its power, its particularity and limitedness, put it in its place and end its rule. This is why studying whiteness matters.

Referências

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia Social do Racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

BRASIL. **Lei no. 03/2004**. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2004.

BRITTO JÚNIOR, A. F., FERES JÚNIOR, N., A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência, Araxá**, v. 7, n. 7, p. 237-250, 2011. Disponível em <http://www.uniaraxa.edu.br/ojs/index.php/evidencia/article/view/200>

CARDOSO, Lourenço. *O branco “invisível”*: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil (período: 1957-2007). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Coimbra, Faculdade de Economia e Centro de Estudos Sociais, Coimbra, 2008.

CRENSHAW, Kimberle W. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. In: VV.AA. *Cruzamento: raça e gênero*. Brasília: Unifem, 2004.

COROSSACZ, Valeria Ribeiro. Nomear a branquitude: uma pesquisa entre homens brancos no Rio de Janeiro. In: MULLER, Tânia M.P.; CARDOSO, Lourenço. (Orgs.) **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris editora, 2017. p.197-222.

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição**. São Paulo: Editora Senac, 2004.

DUARTE, Rosália. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**, n.115, p.139-154, março, 2002.

_____. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar.**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, dezembro, 2004 .

DYER, Richard. **White**. London: Routledge, 2017.

FRANKENBERG (Ed.). **Displacing Whiteness: Essays in Social and Cultural Criticism**. Durham and London: Duke University Press, 1997.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala** (48ª ed.). São Paulo: Global, (2003) [1933].

GIROUX, Henry. Por uma pedagogia e política de branquidade. **Cadernos de Pesquisa**, n.107, p. 97-132, jul. 1999.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. In: BRASIL. **Educação Anti-racista: caminhos**

abertos pela Lei federal nº 10.639/03. Brasília, MEC, Secretaria de educação continuada e alfabetização e diversidade, 2005. p. 39 - 62.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **Introdução crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, (1957) [1995].

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1999.

GUNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?. **Psic.: Teor. e Pesq.**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-209, Aug. 2006.

HALL, Stuart. A relevância de Gramsci para o estudo de raça e etnicidade. In: SOVIK, Liv (Org.) **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2006. p. 276-316.

HALL, Stuart. *Raça, o Significante Flutuante*. (Trad. Liv Sovik e Katia Santos). Revista **Z Cultural**, (PACC-UFRJ), Ano VIII, No.2, 2013. <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva. **Cadernos Pagu**, 5, 7-41, 1995.

HELMS, Janet E. **Black and White Racial Identity: Theory, Research, and Practice**. New York: Greenwood Press, 1990.

HERINGER, ROSANA. **O termo “Branquidade” na coletânea “Identidade branca e multiculturalismo”**. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por Laura Rose Brylowski em 31 ago. 2018.

LINCOLN, Yvonna S.; GUBA, Egon G. “Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa” In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

McINTOSH, Peggy. *White Privilege and Male Privilege: A Personal Account of Coming to See Correspondences Through Work in Women's Studies*. Wellesley, MA: Wellesley College, Center for Research on Women, 1988.

MIRANDA, Jorge Hilton de Assis. Branquitude invisível—pessoas brancas e a não percepção dos privilégios: verdade ou hipocrisia. In: MULLER, Tânia M.P.; CARDOSO, Lourenço. (Orgs.) **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris editora, 2017. p.53-68.

MISHLER, E. “Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo”. In: MOITA LOPES, L. P. e BASTOS, L. C. (Orgs.) **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

MOREIRA, Camila. Branquitude é branquidade? Uma revisão teórica da aplicação dos termos no cenário brasileiro. **Revista da ABPN**: Florianópolis, 2014. <http://abpn.org.br/novo/>

MORRISON, Toni. **Playing In the Dark: Whiteness and the Literary Imagination**. New York: Vintage Books, 1993.

MOURA, Clovis. “Racismo: Passado Conflituoso, Presente Comprometido, Futuro Incerto” In: **Racismo e sociedade**. Brasil: MAZZA Edições, 2007.

MULLER, Tânia M.P.; CARDOSO, Lourenço. (Orgs.) **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris editora, 2017.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: Usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

_____. Prefácio. In: CARONE, Iray e BENTO, Maria Aparecida Silva. (Orgs.) **Psicologia social do Racismo. Estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis. RJ: Vozes, 2002.

_____. Prefácio. In: MULLER, Tânia M.P.; CARDOSO, Lourenço. (Orgs.) **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris editora, 2017. p.53-68.

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito Racial de marca e preconceito racial de origem. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v.19, n.1, Nov. 2006 [1954].

PETBAIXADA. Sobre o grupo. Disponível em: <<http://petconexoesbaixada.blogspot.com/p/sobre-o-grupo.html>>. Acesso em: 13 ago. 2018.

PINHO, P de Santana. White but Not Quite: Tones and Overtones of Whiteness in Brazil. **Small Axe**, v. 13 n. 2, 2009, p. 39-56. *Project MUSE*, muse.jhu.edu/article/270124.

PIZA, Edith (2002). Porta de vidro: entrada para branquitude In: CARONE, Iray & BENTO, Maria Aparecida da Silva (orgs.). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. In: **Proceedings of the 1st Simpósio Internacional do Adolescente**. SP, Brazil, 2005.

PLATAFORMA LATTES. *Sobre a plataforma Lattes*. [online] Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/> [Acessado 5 Jul. 2017].

ROEDIGER, David R. Critical Studies of Whiteness, USA. **Theoria: A Journal of Social and Political Theory**. v.48 n.98, dez. 2001. p.72-98.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2017.

_____. Sobre autobiografia e teoria. In: WARE, Vron (org.). **Branquidade: identidade branca e multiculturalismo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 41-62.

SANTOS, Miriam de Oliveira. Alteridades em conflito: imigrantes italianos, alemães, portugueses e a população brasileira na serra gaúcha. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. Anais eletrônicos. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2001/miriam%20de%20oliveira%20santos.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2018.

SANTOS, W. S. “Níveis de interpretação na entrevista de pesquisa interpretativa com narrativas”. In: BASTOS, L. C. e SANTOS, W. S. **A entrevista na pesquisa qualitativa: perspectivas em análise da narrativa e da interação**. Rio de Janeiro: Quartet, 2013.

SCHUCMAN, Lia; CARDOSO, Lourenço. Apresentação Dossiê Branquitude. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [S.l.], v.6, n.13, p. 05-07, jun. 2014. ISSN 2177-2770. Disponível em: <<http://www.abpnrevista.org.br/revista/index.php/revistaabpn1/article/view/146>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SCHUCMAN, Lia Vainer. Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 18, p. 77-101, 1996.

SILVA, Priscila Elisabete. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: MULLER, Tânia M.P.; CARDOSO, Lourenço. (Orgs.) **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris editora, 2017. p. 19-31.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**. São Paulo: Leya, 2015.

SOVIK, Liv. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca e *media* no Brasil. In: WARE, Vron. (Org.) **Branquidade, identidade branca e multiculturalismo** (V. Ribeiro, trad.) Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

_____. Por que tenho razão: branquitude, Estudos Culturais e a vontade de verdade acadêmica. **Contemporânea**. v. 3, n. 2, p.159-180, 2005.

_____. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

_____. Preto no branco: Stuart Hall e a Branquitude. **Revista da ABPN**: Florianópolis, 2014.

_____. Preto no branco: Stuart Hall e a branquitude. In: MULLER, Tânia M.P.; CARDOSO, Lourenço. (Orgs.) **Branquitude: Estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris editora, 2017. p. 141-154.

TATUM, Beverly Daniel. **Why Are All the Black Kids Sitting Together in the Cafeteria?" : and Other Conversations about Race**. New York: Basic Books, 2003.

WARE, Vron. **Branquidade, identidade branca e multiculturalismo** (V. Ribeiro, trad.) Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

WEINSTEIN, Barbara. "Racializing Regional Difference: São Paulo versus Brazil, 1932. In: APPELBAUM, NP; MACPHERSON, AS; ROSEMBLATT, KA. **Race and Nation in Modern Latin America**. Chapel Hill : University of North Carolina Press, 2003.

APÊNDICE 1: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, da pesquisa intitulada **PERCEBENDO-SE BRANCA: TRAJETÓRIAS DE PESQUISADORAS BRANCAS INVESTIGANDO A BRANQUIDADE**, conduzida por Laura Rose Brylowski. Este estudo tem por objetivo investigar a branquitude/branquidade, especificamente o que motiva as pessoas brancas a estudarem a branquitude/branquidade.

Você foi selecionada por ter uma dissertação e/ou tese publicada no seu currículo Lattes cujo foco se localiza nos estudos de branquitude/branquidade. Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento, você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará problemas.

Os possíveis riscos de participação incluem a possibilidade de sofrer prejuízo psicológico por contar histórias que lembram de situações de dor e sofrimento. A participação não é remunerada nem implicará em gastos para os participantes. Sua participação nesta pesquisa consistirá em participar em uma entrevista semiestruturada pelo Skype com duração no máximo de uma hora com a pesquisadora Laura Rose Brylowski. Haverá registro de áudio e vídeo, embora sua imagem em nenhum momento será utilizada para qualquer fim.

Se a participante desejar, os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento. Seguem os telefones e o endereço institucional do pesquisador responsável onde você poderá tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação nele, agora ou a qualquer momento.

Contato da pesquisadora responsável:

Laura Rose Brylowski email: laurarose.brylowski@gmail.com telefone:(21) 991885474
Mestranda em Relações Étnico-Raciais
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/[RJ](#))
[Av.Maracanã, 229](#) Maracanã, Rio de Janeiro 20271-110

Eu permito o uso do meu nome na divulgação da pesquisa:

SIM _____ **NÃO** _____

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

_____ (cidade), ____ de _____ de _____.

Nome da participante: _____

Assinatura da participante: _____

Assinatura da pesquisadora: _____

APÊNDICE 2: O QUESTIONÁRIO

1. Eu vi na sua tese de doutorado que você se autodeclara como branca. Por que você considerou necessário se autodeclarar branca em seu texto?
2. Para você, o que faz de um branco um branco?
3. Você consegue dizer quando e por qual processo você se percebeu branca/o?
4. Para você, o que significa ser branco no Brasil?
5. Você pensa sobre ser uma pessoa branca e sobre os privilégios ligados a essa circunstância? Em que situações? (Essa pergunta foi retirada após a qualificação).
6. Como você se deu conta de que o racismo é uma realidade concreta?
7. O que significa branquitude/branquidade para você?
8. O que motivou você a estudar branquitude/ branquidade?
9. O que as pessoas no seu círculo de família, amigos e colegas de trabalho acham de você estudar branquitude/branquidade?
10. Como foi realizar uma pesquisa sobre branquitude/branquidade na sua universidade e na sua área? Houve resistência? A validade acadêmica de sua pesquisa é questionada? De que tipo são esses questionamentos? Você pode Explicar?
11. A escolha de seu orientador ou orientadora teve ligação com a temática que você escolheu para pesquisar?
12. Você leu os teóricos utilizados em sua pesquisa durante sua graduação? Eles influenciaram na escolha da pesquisa ou a escolha da pesquisa te levou a eles?
13. Teve uma mudança no seu foco de pesquisa da graduação para o mestrado ou doutorado?
14. Qual a relevância dos estudos da branquitude em sua área de interesse?
15. Qual impacto social você espera que sua pesquisa tenha—dentro da academia? fora da academia?
16. Você está envolvida em ações ou movimentos políticos fora da academia? Se sim, quais? por quanto tempo? e por quê?
17. Você se identifica como militante e/ou ativista? Por quê sim ou não?

18. Quando você se inseriu no debate acadêmico e/ou político sobre relações raciais no Brasil? Por quê?
19. Qual foi a sua primeira produção acadêmica sobre o tema? Por que a realizou? Quando a realizou e onde? (Essa pergunta foi retirada após a qualificação).
20. Você trabalha com que hoje em dia? Onde? Trabalha com questões do racismo e/ou a branquitude?
21. Mesmo tendo um conhecimento sobre branquitude, você ainda ativa a branquitude conscientemente ou inconscientemente? De que forma?
22. Por quê você usa o termo branquidade em vez de branquitude ?
23. Você se sente confortável em falar que você é branca para as pessoas? Sim ou não? Por quê? (Pergunta acrescentada após a qualificação).
24. Na sua vida, você já se sentiu desconfortável falando sobre raça e racismo com outras pessoas? Sim ou não? Por quê? (Pergunta acrescentada após a qualificação).
25. Na busca que fiz, o maior número de pessoas que encontrei pesquisando branquitude/branquidade são mulheres. Qual é a sua opinião sobre isso? (Pergunta acrescentada após a qualificação).
26. No passado, você já se identificou com outra categoria de raça que não era branca (pardo, negro, indígena etc.)? Por quê? O que mudou?. (Pergunta acrescentada após a qualificação).

APÊNDICE 3: OUTRAS PESQUISADORAS E PESQUISADORES QUE INVESTIGAM A BRANQUITUDE NO BRASIL

Existem outras(os) pesquisadoras(os) brasileiras(os) que também produziram e defenderam teses ou dissertações sobre branquitude/branquidade, em uma universidade brasileira, no entanto, não entraram como participantes da presente pesquisa por: 1. se identificarem racialmente como negras(os); 2. não se identificar racialmente na sua escrita.

Eu as(os) incluo aqui para leitoras(os) interessadas(os).

Nome	Ano	Uni	Estado	Área	Título
1. Lúcio Otávio Alves Oliveira	2004-2007 (D)*	UFBA	BA	Psicologia	Expressões de vivência da dimensão racial de pessoas brancas: representações de branquitude entre indivíduos brancos
2. Joyce Souza Lopes	2014-2016 (M)**	UFPEL (Pelotas)	RS	Antropologia Social e Cultural	Lugar de branca/e e a/o “branca/o” fora do lugar?: Representações sobre a branquitude e suas possibilidades de antirracismo entre negra/os e branca/os do/no Movimento Negro em Salvador-BA
3. Lourenço da Conceição Cardoso	2006-2008; 2010-2014 (M) (D)	FEU CES, Universidade Coimbra, Portugal; UNESP	Coimbra Portugal ;SP	Sociologia	O Branco invisível: um estudo sobre a emergência da branquitude nas pesquisas sobre as relações raciais no Brasil ; O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre a branquitude no Brasil.
4. Camila Moreira de Jesus	2012-2014 (M)	UFRB (Recôncavo da Bahia)	BA	Ciências Sociais	O Privilégio da Branca: Uma etnografia no Colégio Estadual Edvaldo Brandão em Cachoeira
5. Thiago de Oliveira Garcia Simões	2007-2009 (M)	UFRJ	RJ	Linguística Aplicada	SOS laboratórios de engenharia genética: A construção discursiva da branquitude em uma comunidade do site Orkut
6. Adevanir Aparecida Pinheiro	2008-2011 (D)	Universidade do Vale do Rio dos	RS	Ciências Sociais	Identidade étnico racial e universidade: A dinâmica da visibilidade da temática afrodescendente e as implicações

		Sinos (UNISINOS)			eurodescendentes, em três instituições de ensino superior no sul do País,
7. Jorge Hilton de Assis Miranda	2013-2015 (M)	UNEB	BA	Educação e Contemporaneidade	Perspectivas de rappers brancos/as brasileiros/as sobre as relações raciais: um olhar sobre a branquitude
8. Willian Luiz da Conceição	2015-2017 (M)	UFSC	SC	Antropologia Social	Brancura e branquitude: ausências, presenças e emergências de um campo de debate
9. Mafoane Odara Poli Santos	2009-2012 (M)	USP	SP	Psicologia Social e do Trabalho	Médicos têm sexo e cor? A perspectiva de médicos sobre a relação médico-paciente na prática ambulatorial
10. Raissa Roussenq Alves	2015-2017 (M)	UnB	Brasília	Direito	Entre o silêncio e a negação: uma análise da CPI do Trabalho Escravo sob a ótica do trabalho "livre" da população negra
11. Rogério José de Souza	2004-2006 (M)	UFRJ	RJ	História Comparada	Tragédia "Édipo Rei" de Sófocles. O que ela tem a nos dizer sobre relações raciais no campo da historiografia
12. Luciana Alves	2007-2010 (M)	USP	SP	Educação	Significados de ser branco - a brancura no corpo e para além dele
13. Tatiana Lucia Cardoso	2010-2012 (M)	UFMG	MG	Psicologia	Entre a Negritude e a Branquitude: memória, discurso e relações de poder na construção da identidade de sujeitos pardos
14. Luis Felipe Kojima Hirano	2008-2013 (D)	USP	SP	Ciência Social	Uma interpretação do cinema brasileiro através de Grande Otelo: raça, corpo e gênero em sua performance cinematográfica
15. Claudia Miranda	2002-2006 (D)	UERJ	RJ	Educação	Narrativas subalternas e políticas de branquitude: o deslocamento de afrodescendentes como processo subversivo e as estratégias de negociação na academia
16. Fabiana de Lima Peixoto	2007-2011 (D)	UFBA	BA	Estudos Étnicos e Africanos	Afrobetizar: Relações étnico-raciais em livros didático
17. Maria Aparecida	1997-2002	USP	SP	Psicologia Escolar e	Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas

Silva Bento	(D)			do Desenvolvimento Humano	organizações empresarias e no poder público
18. Viviane Rodrigues Darif Saldanha	2013-2015 (M)	UFPR	PR	Sociologia	A metamorfose de Cirilo: relações raciais e branquitude normativa na telenovela Carrossel
19. Taissa Tavernard de Luca	2005-2010 (D)	UFPA	PA	Ciências Sociais	Tem Branco na Guma: A Nobreza Européia Montou Corte na Encantaria Mineira
20. Ana Helena Ithmar Passos	2009-2013 (D)	PUC-RIO	RJ	Serviço Social	Novas identidades brancas: Um estudos sobre branquitude no contexto de reconfiguração das relações raciais no Brasil, 2003-2013

*D = doutorado; **M = mestrado